

Acção Socialista



N.º 1351 28 Junho 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Entrevista a Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência

“Liderança forte e rumo claro permitirão vencer a crise”



As políticas de consolidação orçamental contidas nas medidas adicionais ao PEC foram adoptadas na “conta certa”, por forma a terem os menores impactos possíveis no crescimento económico e no emprego, afirma, em entrevista ao “Acção Socialista”, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, para quem os militantes e simpatizantes do PS podem ver que têm um Governo que está à altura das “situações difíceis do momento”. O governante elogia ainda a forte determinação demonstrada pelo primeiro-ministro em responder aos ataques pessoais

que os seus adversários políticos lhe vêm dirigindo, sem nunca descurar a sua “prioridade fundamental” que é ajudar o país a superar esta conjuntura difícil, porque, frisa, “só uma liderança forte e um rumo claro” permitirão a Portugal “vencer este momento de dificuldades”. Pedro Silva Pereira reitera ainda que o Executivo de José Sócrates está empenhado na defesa do projecto europeu, “hoje perante ameaças muito sérias”, e do Estado Social contra as investidas da direita.

Páginas 2 e 3

Debate quinzenal

Sócrates anunciou linha de crédito de 700 milhões para apoiar empresas

Pág. 20

Parlamento

Socialistas votaram contra relatórios das comissões de inquérito à FCM e PT/TVI por estes não reflectirem minimamente a verdade

Págs. 8 e 9

Europa

Portugal e Espanha assinalaram 25 anos de Adesão



Pág. 7

Economia

Desce o número de desempregados registado nos centros de emprego

Pág. 6

SUPLEMENTO



8 E 9 OUTUBRO

**ELEIÇÕES
FEDERATIVAS**

2010

Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência

“Liderança forte e rumo claro permitirão vencer a crise”

O PEC bem como as medidas adicionais foram pensadas pelo Governo de modo a representar “uma justa distribuição” do esforço que é pedido aos portugueses com vista à redução do défice e à correcção da dívida soberana até 2013, e com a preocupação de “prejudicar o menos possível o crescimento económico e a recuperação do emprego”, sustenta o ministro da Presidência. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Pedro Silva Pereira não poupa nas críticas à postura do PCP e BE, que “são contra tudo”, ao CDS/PP, que acusa de ter um “populista e demagógico”, e em relação ao PSD, embora lhe reconhecendo o mérito de ter

viabilizado as políticas de consolidação orçamental, alerta que este partido tem uma agenda de direita cujo objectivo “é fazer recuar o Estado Social”. O ministro da Presidência considera ainda “uma tristeza” os ataques pessoais que sistematicamente os adversários políticos têm vindo a fazer ao primeiro-ministro, elogiando a forte determinação de José Sócrates ao reagir-lhes, sem descurar a sua prioridade fundamental que é “ajudar o país a enfrentar esta situação difícil”. E isto porque, defendeu, “só uma liderança forte e um rumo claro permitirão a Portugal vencer a crise e este momento de dificuldades”.

Face à actual situação de emergência provocada, nomeadamente, pelo ataque especulativo contra a nossa economia, o Governo apresentou um conjunto de medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). De que modo este programa divide de forma justa e equitativa os esforços pedidos aos vários grupos sociais?

O PEC e as medidas adicionais que apresentámos recentemente correspondem a uma necessidade nacional de responder a um ataque especulativo contra a dívida soberana e também de articulação com o esforço europeu para enfrentar esta situação. As medidas que em concreto corporizam essa estratégia foram pensadas para representar uma justa distribuição deste esforço. Por um lado, essas medidas penalizam mais aqueles que têm maiores rendimentos. Assim, criámos uma taxa do IRS de 45%, tributámos as mais-valias obtidas em Bolsa, que até agora eram rendimentos isentos de qualquer tributação, estabelecemos em sede de IRC uma taxa acrescida de 2,5% para as empresas com lucros superiores a 2 milhões de euros. Isto significa que, quer em sede de IRS quer em sede de IRC, o esforço é pedido adicionalmente àqueles que possuem maiores rendimentos.

A estratégia clara e credível de redução do défice e correcção da dívida externa até 2013 contida no PEC não poderá comprometer a competitividade e o emprego?

Naturalmente que uma política de consolidação orçamental tem sempre uma consequência no desempenho da economia, por isso a preocupação que tivemos foi justamente que estas medidas sejam adoptadas na conta certa, de modo a prejudicar o menos possível o processo de consolidação

do crescimento económico e recuperação do emprego. E é por isso que as pequenas e médias empresas não sofrem nenhuma tributação acrescida em sede de IRC, porque delas depende muito o emprego. E foi também por isso que quando começámos a eliminar as medidas extraordinárias em matéria de emprego salvaguardámos aquelas que dizem respeito ao apoio à contratação e, portanto, de estímulo ao mercado de trabalho. E é por isso também que preservámos, na medida do possível, os programas de investimento público, sobretudo aqueles que têm um impacto no curto prazo, exactamente para que eles possam constituir uma alavanca para o crescimento e para a dinamização do mercado de emprego.

Como vê as reacções que mereceram tanto à direita como à esquerda do PS as medidas do Governo de redução do défice e do endividamento externo?

O que verificámos foi que à esquerda, quer o PCP quer o Bloco de Esquerda tiveram a reacção tradicional. São contra tudo. Verdadeiramente, eles também são contra um esforço para salvar o euro e para garantir uma resposta da União Europeia à altura das circunstâncias, porque o projecto europeu foi sempre uma questão em relação à qual se colocaram sempre de parte. E reagem como partidos de protesto, procurando explorar qualquer descontentamento que medidas mais exigentes possam sempre suscitar. Já à direita, tivemos dois tipos de reacções. Da parte do CDS/PP, tivemos um registo muito populista e demagógico, que, no fundo, corresponde a uma opção estratégica deste partido que dificilmente levará a algum lado. Da parte do PSD, houve o reconhecimento de que lhe competia, ao menos, viabilizar as políticas

de consolidação orçamental que o Governo preconiza. Mas não temos nenhuma ilusão a propósito da visão do PSD. Nós temos com o PSD uma divergência de fundo, que se prende com o facto de o PS estar empenhado neste esforço para garantir a sustentabilidade e o futuro do Estado Social, enquanto a agenda da direita, e também do PSD, é fazer recuar o Estado Social.

Como classifica a iniciativa do PCP de apresentar recentemente uma moção de censura ao Governo na Assembleia da República?

Eu penso que é uma prova de total irresponsabilidade. Num momento em que precisamos de dar sinais de confiança, de estabilidade nos mercados internacionais – porque isso é decisivo para as nossas empresas, para os juros que as nossas famílias pagam – o PCP entendeu, neste preciso momento, lançar na sociedade portuguesa um debate sobre se não seria agora a altura de criar uma crise política. Ora, isto não faz nenhum sentido e prova que o PCP se guia por outros interesses políticos, estratégicos – legítimos porventura – mas que não servem o interesse nacional.

Acha que os portugueses estão a compreender os esforços que lhes estão a ser pedidos e, designadamente, a gravidade da crise mundial que atravessamos?

As medidas difíceis são sempre medidas que os cidadãos demoram algum tempo a digerir e a compreender. Nós temos que entender isso. O nosso trabalho tem pois de ser um trabalho de explicação da absoluta necessidade destas medidas. Nós já vivemos momentos muito exigentes no passado, não muito distante, quando tivemos também de subir o IVA no anterior Governo e eu, apesar de tudo, estou convencido de que as pessoas compreendem

bem que existe uma situação económica e financeira internacional que está a obrigar, não apenas Portugal mas todos os países da Europa, a tomar medidas de austeridade. E, percebendo isso, eu penso que os portugueses têm condições para compreender a necessidade destas políticas.

Quais as principais prioridades que Portugal terá de ter nos próximos anos para se tornar mais competitivo e aumentar as suas exportações?

Não há dúvida de que o crescimento sustentável e duradouro da nossa economia depende do reforço da sua competitividade e das nossas exportações triunfarem nos mercados internacionais. É por isso que o Governo desde há muito tempo a esta parte tem vindo a fazer um grande investimento nas exportações e preconiza um pacto para a internacionalização com as empresas e associações empresariais. E foi, aliás, através das exportações que a nossa economia cresceu até ao surgimento da crise, no final de 2007. E agora, mais uma vez, quando todos se entretêm a descrever a crise, o que o Governo e o primeiro-ministro fazem é pôr-se ao trabalho e puxar pelas exportações, em particular nos mercados emergentes – como o Magreb, o Brasil e toda a América Latina, a própria Venezuela – e isso significa fazer qualquer coisa de concreto pelo crescimento da nossa economia e também pelo emprego dos portugueses.

No âmbito da modernização tecnológica que tem sido levada a cabo nos últimos anos na Administração Central, temos hoje um Estado mais moderno, mais eficiente e mais sustentável, que presta melhores serviços?

Nós fizemos nos últimos anos uma grande modernização do nos-

so Estado, quer do nosso sistema público de Segurança Social, quer da nossa Administração Pública. E essa profunda modernização da Administração Pública traduziu-se numa melhoria da qualidade dos serviços públicos em todos os sentidos. Aliás, todos os indicadores o confirmam. Nós passámos para o primeiro lugar do “ranking” europeu da disponibilização e sofisticação dos serviços públicos electrónicos e isso só foi possível com o dinamismo do Plano Tecnológico, com a ambição do programa Simplex, com a introdução de novas tecnologias de informação, com um grande esforço de simplificação dos procedimentos, que melhorou e tornou os serviços públicos mais acessíveis aos nossos cidadãos. A experiência das Lojas do Cidadão de segunda geração, que era uma realidade de sucesso mas circunscrita aos grandes meios urbanos, está agora a difundir-se por todo o País. Isto significa uma revolução na relação da Administração Pública com os cidadãos.

Por outro lado, hoje nós estamos a investir na construção de novos hospitais, há um programa para dez novos hospitais em Portugal e isto significa melhorar o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Portanto, este conjunto de intervenções destinaram-se a qualificar os serviços públicos e é esse investimento que nós vamos continuar a fazer em todos os domínios.

O Conselho de Ministros de 20 de Maio aprovou mais um pacote de medidas no âmbito do Simplex. Que balanço faz deste programa?

Faço um balanço bastante positivo. Trata-se de uma área que me diz mais directamente respeito: a modernização administrativa. Acabámos de lançar o Simplex para o ano 2010, que é um programa



que teve até aqui taxas de execução muito elevada, na ordem dos 80%, e continua a ser um movimento de profunda renovação da nossa Administração Pública e dos seus procedimentos.

Uma das prioridades deste Governo tem sido a aposta em políticas promotoras da igualdade de género. Quer falar-nos de algumas destas iniciativas legislativas mais emblemáticas?

Ao longo destes últimos anos, porventura a medida mais emblemática, conhecida de todos, é justamente a Lei da Paridade, que trouxe novas condições de participação das mulheres na nossa vida política e que, embora dizendo sobretudo respeito aos órgãos electivos em que há apresentação de listas por parte de candidaturas, a verdade é que tem depois uma consequência. E eu estou convencido que, a prazo, com esta Lei essa presença das mulheres na vida pública será ainda maior. E entre essas consequências está o facto de este ser o Governo com mais mulheres na sua composição. Mas destacaria também as intervenções no domínio do combate à violência doméstica e à violência de género, porque temos estado muito activos nas acções de sensibilização e também no aumento da confiança das vítimas, através do reforço das estruturas de acolhimento e até de atendimento nas próprias estruturas

policiais. Mas também com a nova legislação de combate à violência doméstica. Temos um conjunto de acções que tornaram esse fenómeno mais visível e dão à sociedade portuguesa a garantia de que as políticas públicas estão a reagir e estão a dar a essas vítimas novas condições de apoio e protecção.

O que pensa dos “casos” que sistemática e cirurgicamente têm aparecido procurando envolver o primeiro-ministro, sem quaisquer provas até ao momento, tentando descredibilizá-lo e enfraquecê-lo politicamente, através de uma campanha que muitos chamam de tentativa de assassínio político? Acha que já terminou?

Não há dúvida de que ao longo destes últimos anos os adversários políticos do primeiro-ministro tudo fizeram para procurar atacá-lo pessoalmente, porque, pelos vistos, tinham dificuldade em vencê-lo no domínio puramente político. Eu penso que é uma tristeza para a nossa vida democrática que se tenha chegado a esse ponto. Mas a verdade é que, também em nome da democracia, é preciso ser capaz de reagir. Porque fazê-lo é também respeitar a escolha dos portugueses e não deixar que essa escolha fique à mercê de qualquer campanha e de qualquer estratégia de ataque pessoal.

Sobre o dia de amanhã, sabemos

“ Nós não escolhemos o momento para governar, os portugueses é que escolheram o Partido Socialista para estar à frente dos destinos do país neste momento que é difícil, e exigente

sempre dizer pouco. Mas agora temos a certeza de que a determinação do primeiro-ministro é a de continuar a responder e a reagir com firmeza a essas situações, sem no entanto se desviar daquela que é a sua prioridade fundamental, que é governar com a determinação de que já deu provas, para ajudar o País a enfrentar e vencer esta situação de crise. E isto porque nós estamos convencidos que só uma liderança forte e um rumo claro, que o Governo do PS tem seguido, permitirão a Portugal vencer a crise e este momento de dificuldades.

Nestes tempos difíceis, que mensagem gostaria de deixar aos militantes e simpatizantes socialistas e aos portugueses em geral?

Nós não escolhemos o momento para governar, os portugueses é que escolheram o Partido Socialista para estar à frente dos destinos do país neste momento que é difícil, e exigente. E estar à altura da res-

ponsabilidade na actual conjuntura significa saber aquilo que devemos fazer que é muito complexo, porque exige, por um lado, assegurar a consolidação orçamental, a redução do défice e o controlo da dívida pública, de modo a dar razões de confiança na economia portuguesa, (o que, a não acontecer, seria trágico porque afectaria a capacidade de financiamento da nossa economia e igualmente os juros que todos pagamos).

Mas, por outro lado, é preciso fazê-lo ao mesmo tempo que se assegure a consolidação do processo de crescimento da nossa economia, depois da recessão global que enfrentámos. É, portanto, um caminho estreito e exigente, em que é preciso muita firmeza e também muita prudência – e é isto o que o Partido Socialista tem feito.

Por isso, eu acho que os militantes socialistas podem ver que têm um Governo que procura estar à altura das situações difíceis do momento. Já uma vez nós enfren-

támos uma situação muito difícil e conseguimos superá-la, reduzindo o défice, retomando a trajectória de crescimento económico. Depois, apareceu esta crise internacional, da qual estamos ainda a viver sequelas importantes. E também agora, mais uma vez, estamos certos, o Partido Socialista será capaz de enfrentar a situação.

Queria, também, deixar claro que esta agenda, por um lado, está inserida no quadro da integração europeia de Portugal, que é muito cara ao Partido Socialista. Isto é, o que está em causa não é apenas a defesa dos interesses da economia portuguesa, mas é também a defesa do euro no seu conjunto e do próprio projecto de integração europeia, que está hoje perante ameaças muito sérias. Se alguma coisa a Europa fez de errado foi quando a Grécia se tornou alvo dos especuladores internacionais não ter assegurado, de imediato, uma defesa colectiva. Porque, verdadeiramente, era o euro que estava em causa e não apenas a situação da Grécia.

O que estamos agora a fazer é integrarmo-nos neste esforço europeu com medidas adicionais destinadas a reforçar a confiança, mas também com os olhos postos na consolidação económica e na defesa do Estado Social. E aqui nos encontramos com a identidade do Partido Socialista.

OPINIÃO

RUI PEDRO BARREIRO
 Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

Em 2011, Ano Internacional das Florestas, queremos realizar um vasto conjunto de iniciativas em prol da sensibilização e consciencialização da população portuguesa para a importância da floresta para o país, quer em termos económicos, quer em termos ambientais, sociais e culturais

PREVENÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, UM DEVER DE TODOS!

OS INCÊNDIOS florestais constituem a principal ameaça à sustentabilidade da floresta portuguesa. Na óptica dos portugueses, os incêndios florestais representam também a principal preocupação ambiental.

É com essa preocupação que o Governo prossegue o caminho de mitigar esse verdadeiro flagelo das nossas florestas que são os incêndios. Os resultados obtidos após a adopção do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios têm sido animadores. São resultados que nos permitem afirmar que hoje Portugal dispõe de meios e de organização para fazer face aos incêndios florestais, quer a montante na prevenção e vigilância, quer a jusante, no combate.

De facto, é hoje reconhecido pelos portugueses que o combate aos incêndios florestais está mais bem organizado, com coordenação. Uma coordenação que acontece aos diferentes níveis, operacional e político, conforme foi recentemente demonstrado no Parlamento aos deputados da Comissão de Agricultura.

Tendo consciência que a mitigação dos incêndios florestais tem ainda um caminho longo a percorrer e que é um esforço que exige persistência.

No domínio da prevenção, que tem como grande objectivo criar uma floresta mais resistente e resiliente aos fogos florestais, temos vindo a fazer a nosso trabalho junto dos governos civis, das autarquias e das organizações de produtores florestais. Um trabalho que incide na promoção do planeamento, da protecção dos interfaces urbano/florestais, da sensibilização e da gestão activa da floresta.

No dia 1 de Julho inicia-se o período crítico de incêndios florestais. Tal como sucedeu em 2009, até 15 de Outubro estarão em vigor medidas especiais de prevenção que compreendem o reforço da vigilância e patrulhamento dos espaços florestais por parte da GNR e ainda um conjunto de restrições e condicionamentos ao uso do fogo nos espaços rurais por parte da população. Entre 1 de Julho e 15 de Outubro é proibida a realização de queimadas para renovação de pastagens e de queimas de sobrantes da actividade agrícola e florestal, bem com de fogueiras, excepto nos locais expressamente previstos para o efeito (parques de lazer e recreio).

Apesar do empenho do Governo na sensibilização para os incêndios florestais, Portugal ainda regista anualmente 25 mil ocorrências de incêndio florestal. Um número extremamente elevado, sobretudo se confrontarmos as estatísticas dos países do Sul da Europa. Se é verdade que o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem produzido resultados significativos na redução da área ardida, já no que respeita à redução das ocorrências, as estatísticas não são tão favoráveis.

Em 2011, Ano Internacional das Florestas, queremos realizar um vasto conjunto de iniciativas em prol da sensibilização e consciencialização da população portuguesa para a importância da floresta para o país, quer em termos económicos, quer em termos ambientais, sociais e culturais.

Portugal é um dos países da União Europeia em que o sector florestal mais contribui para o PIB – 3,2%. É também um dos países com maior taxa de arborização – 38%, o que tem contribuído de forma decisiva para o cumprimento dos compromissos nacionais de redução das emissões de CO2 assumidos no protocolo de Quioto e com impactos positivos nas contas públicas.

O montado de sobre, um dos mais importantes ecossistemas para a conservação de biodiversidade da Europa, fornece a cortiça que sustenta o único sector da economia nacional em que Portugal é líder mundial na produção, transformação e comercialização.

Por tudo isto, é fundamental mais participação cívica dos portugueses na preservação da floresta. Foi com esse propósito que o Fundo Florestal Permanente vai apoiar o “Programa de Voluntariado Jovem nas Florestas” do Instituto Português de Juventude e cujas acções no terreno terão início também no dia 1 de Julho. Queremos envolver mais os jovens na protecção da floresta.

Conto com a participação activa dos portugueses na protecção das nossas florestas, uma fonte de riqueza nacional que não podemos continuar a deixar arder. Com a colaboração de todos na vigilância, no alerta e na adopção das medidas de prevenção de incêndios florestais vamos conseguir mitigar o flagelo dos incêndios florestais.

Portugal tem capacidades suficientes para resolver os seus problemas



O PRIMEIRO-MINISTRO rejeitou a ideia de que Portugal necessita de recorrer a qualquer fundo de ajuda à sua dívida pública, insurgindo-se contra o que designou de “rumores especulativos” que em sua opinião têm por único objectivo aumentar os ataques a países da zona euro.

Portugal, garantiu em declarações à margem do Conselho Europeu de 17 de Junho, não tem nenhuma intenção de recorrer a nenhum fundo de ajuda, uma vez que o país tem capacidade suficiente “para resolver os seus próprios problemas”.

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) reunidos em Bruxelas estabeleceram as estratégias de defesa da União Monetária e aprovaram novas medidas e reformas de modernização económica dos 27.

Uma das medidas apresentadas passa pelo reforço da coordenação das políticas nacionais de forma a

minorar, no futuro, os riscos de crises orçamentais nos Estados-membros da UE.

Coordenação económica que foi defendida também pelo primeiro-ministro, José Sócrates, para quem o mais importante “é que a Europa acentue uma vontade de maior cooperação económica”, para ultrapassar “um momento de grande exigência”.

Nesta cimeira os líderes europeus aprovaram também a nova estratégia “Europa 2020”, plano que sucederá à Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego.

À margem desta reunião, em conversa com os jornalistas, Sócrates enjeitou igualmente o cenário de redução de salários na Função Pública, afirmando acreditar que as medidas já adoptadas pelo Governo serem “suficientes para atingir os objectivos orçamentais em 2010 e 2011”.

Recordou aliás, a este propósito, que a redução de salários,

como forma de ajudar a reduzir o défice orçamental, foi um cenário “desde sempre rejeitado pelo Governo”, garantindo que “não será preciso seguir essa medida”.

Quanto aos cortes nos apoios sociais, o primeiro-ministro afirmou que estas medidas já tinham sido anunciadas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), entregue a Bruxelas, e que o Governo decidiu antecipar para 2010 “com o acordo do PSD”.

“Nós aprovámos uma legislação”, disse, que permite ao Estado conceder apoios sociais “apenas às pessoas que precisam”, e não conceder apoios a pessoas que têm um rendimento inferior mas têm rendimentos de outras proveniências, nomeadamente rendimentos de capital.

Segundo Sócrates, não faz qualquer sentido dar apoios “a quem tenha rendimentos de trabalho baixo mas tenha rendimentos de capital altos”. **R.S.A.**

Notícias sobre situação financeira do PS foram especulativas

AS NOTÍCIAS que vieram na imprensa a propósito das contas do Partido Socialista relativas ao exercício de 2009 “são especulativas”, afirmou José Lello ao “Acção Socialista”, sublinhando que estas se encontram, essencialmente, “influenciadas pelos valores decorrentes da campanha para as autárquicas de 2009 nas quais o PS concorreu a 307 municípios”.

O dirigente socialista adianta que “uma análise mais atenta das contas, que não se deram ao cuidado de ter, permitiria verificar que no lado do activo estão provisionadas verbas que se destinavam a colmatar o passivo”, isto porque, explicou, “a subvenção estatal que o partido iria receber pelos resultados nas eleições



autárquicas de 2009, só foi paga em Maio de 2010, muitos meses depois do acto eleitoral, o que, naturalmente, obrigou o partido a contrair empréstimos para fazer a campanha”.

Neste contexto, o camarada José Lello, também membro da comis-

são de gestão do PS, defende uma alteração da lei de financiamento dos partidos políticos, “de forma a que haja adiantamentos da subvenção estatal, para que não sejam os partidos que tenham de se endividar para obter as verbas ne-

cessárias às campanhas”. José Lello fez ainda questão de realçar que o valor do passivo do partido foi perfeitamente aceitável, tendo em conta que se tratou de um ano com três eleições, europeias, autárquicas e legislativas. **J. C. B.**

Medidas de austeridade são suficientes para atingir metas orçamentais de 2010 e 2011



Face a indicadores positivos que apontam para um crescimento acima do esperado da receita fiscal, o primeiro-ministro não tem “a mínima dúvida” de que as medidas extraordinárias que foram tomadas recentemente serão “suficientes” para responder ao objectivo de redução do défice.

ESTA posição foi assumida por José Sócrates, no debate quinzenal sobre temas relativos às políticas económicas e sociais, em reacção às dúvidas levantadas pelo líder da bancada laranja sobre a necessidade de mais medidas além das contempladas na versão revista do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Na ocasião, Sócrates deixou claro que “o Governo confia nas medidas que já tomou” e anunciou que os indicadores provisórios da receita fiscal entre Janeiro e Maio registam uma subida de 4,7%, considerando que essa execução dá “conforto e segurança” para garantir os objectivos orçamentais fixados para este ano.

O primeiro-ministro adiantou igualmente que se esta tendência se verificar ao longo do resto do ano, o país terá um acréscimo na receita fiscal de 1,2% relativamente ao que estava previsto, sublinhando ser esta a “prova” de que “a orientação orçamental vai no sentido correcto”.

Assim, refutou veementemente as críticas segundo as quais as previsões do Executivo tinham sido

excessivamente optimistas.

“A realidade veio mostrar que não fomos nada optimistas, pelo contrário, fomos muito prudentes”, frisou José Sócrates, destacando que o comportamento económico de Portugal nos primeiros cinco meses de 2010 foi “digno de um país que está a recuperar a sua economia”.

Uma vez clarificado este assunto, o primeiro-ministro defendeu a necessidade de o PSD ser “responsável e consequente” em relação às medidas de austeridade a que deu o seu assentimento.

“Nós acertámos num conjunto de medidas. Essas medidas foram aqui apresentadas e isso significa confiança de ambas as partes e não confiança de um lado e confiança às segundas, terças e quintas e desconfiança às quartas, sextas e sábados. Isso é que não pode ser”, referiu.

E assegurou: “Nós temos um plano, um conjunto de medidas no qual temos confiança para atingir os objectivos orçamentais de 2010 e 2011. Essas medidas fazem parte do PEC que foi aprovado com a abstenção do PSD (...) Nenhuma dessas medidas – foi o que o se-

nhor ministro das Finanças aqui disse – será posta de lado. Pelo contrário, todas serão aplicadas porque esse é o nosso compromisso orçamental”.

Esforço de todos

Já perante as acusações do líder do PCP sobre a alegada manutenção de apoios extraordinários à banca enquanto se corta nos apoios sociais, Sócrates apontou a manutenção em 2010 dos “apoios à contratação, a redução dos descontos sobre salários mínimos, a moratória de crédito à habitação e o apoio aos estágios”, frisando, porém, que o Estado não tem condições para manter todos os apoios que lançou no ano passado.

“O que nós dissemos agora às famílias e ao país é que o Estado esteve em condições de fazer esse esforço em 2009, mas não está em condições de o prolongar. A verdade é que o Estado não tem condições para prolongar esses apoios numa situação em que já não estamos em recessão”, disse.

Neste sentido, referiu também medidas do PEC como a taxação extraordinária de IRC sobre grandes empresas e das mais valias ou o novo escalão de IRS de 45%, apontando-as como “um esforço a todos os portugueses”, de “justiça e equidade”.

À deputada do PEV Heloísa Apolónia, que manifestou preocupação sobre o alegado sacrifício que representa para milhares de crianças

o encerramento de mais escolas, José Sócrates respondeu que esta reforma visa “minorar o insucesso escolar” e destacou a introdução de aulas de inglês, de desporto, de música ou do estudo acompanhado nos novos centros escolares.

Sócrates não deixou de criticar que o único contributo do PEV para melhorar o ensino público tivesse sido o inquérito ao computador “Magalhães”, acusando esse partido de se coligar com o PCP, BE e CDS-PP em nome de “interesses específicos para manter o ‘status quo’” e de promover um “conservadorismo que tem prejudicado os serviços públicos do Estado e os tem impedido de se modernizarem”.

Quanto à questão levantada pelo CDS/PP sobre se os alunos com mais de 15 anos e o 8º ano de escolaridade podem passar para o 10º ano se tiverem aproveitamento nos exames do 9º ano, o primeiro-ministro respondeu afirmativamente.

Quando o líder “popular”, Paulo Portas, quis saber se o primeiro-ministro estaria de acordo com a introdução no texto constitucional de travões ao limite da dívida pública e do défice, José Sócrates disse claramente que não, explicando que “há alturas em que o Estado tem obrigação moral de fazer aquilo que são estímulos orçamentais e esse endividamento é em resposta a uma situação conjuntural”.

Também durante o debate quinzenal, Sócrates salientou que não é

ainda o tempo do Estado se pronunciar sobre o negócio de venda por parte da Portugal Telecom da sua participação de 50% na Vivo brasileira à Telefónica espanhola.

“Neste momento, o que está em causa é um diálogo entre as duas administrações. Chegará o momento para o Estado falar. Não é agora, não é o momento para actuar”.

Depois de ter sido confrontado pelo líder do Bloco de Esquerda sobre se o Estado irá utilizar ou não a “golden share” a propósito das relações económicas entre PT e Telefónica, o primeiro-ministro garantiu que a posição accionista com direitos especiais da Telecom portuguesa “está lá para ser utilizada quando deve ser utilizada”.

Por seu turno, o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, voltou a rejeitar a discussão de uma eventual redução do número de deputados.

“Aqueles que entendem que uma parte da resposta à crise passa pela cedência à demagogia, oferecendo em sacrifício a imagem das instituições da República, encontrarão no Grupo Parlamentar do PS uma forte resistência”, enfatizou.

Por esse motivo, salientou, este momento de crise não é “o mais adequado” para discutir questões como a eventual redução do número de deputados.

“Uma decisão dessa natureza não se pode tomar no momento em que as instituições estão mais permeáveis a algumas expressões populistas”, alertou. M.R.

Número de inscritos nos centros de emprego regista maior queda dos últimos 37 meses

PORTUGAL registou a maior descida no número de desempregados inscritos nos centros de emprego, em valor absoluto, e em cadeia, nos últimos 37 meses (menos 1,8%), anunciou o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no passado dia 16 de Junho.

Segundo o IEFP, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego em Portugal caiu para 560.751 em Maio face ao mês anterior.

Os dados mensais do IEFP mostram que, face a Abril, o desemprego caiu em todas as regiões do país e que a descida verificada em Maio correspondente a menos 10.017 inscritos nos centros de emprego.

Os números revelam ainda que se inscreveram, em Maio, nos centros de emprego 48.101 desempregados, valor que é 10,7% inferior ao verificado no mês anterior e que representa um decréscimo de 7,3%, quando comparado com o do mês homólogo de 2009.

O número de colocações de desempregados pelos centros de emprego ao longo de Maio totalizou 7.336, valor superior em 31% ao do mês homólogo de 2009, e superior em 16,2% em relação ao mês anterior.

Para a ministra do Trabalho, que admitiu uma relação entre esta redução e a sazonalidade, “esta descida não nos desmotiva no combate ao desemprego”, que continuará a estar no topo das prioridades da acção governativa.



Por seu turno, o ministro da Economia, Vieira da Silva, classificou de “sinal positivo” para a economia portuguesa a descida de 1,8% do número de desempregados inscritos nos centros de emprego.

“Houve neste momento um recuo. Obviamente isso é um sinal positivo comparativamente ao que se estava a passar há um ano”, afirmou.

Sublinhando que a “variável emprego é a que mais lentamente reage à recuperação económica”, o ministro disse ainda que o Gover-

no vai “continuar a trabalhar para que a recuperação da economia possa constituir a base para que se venha a dar uma sustentada e forte inversão dos números do emprego”.

Já o secretário de Estado do Emprego, Valter Lemos, fez questão de deixar claro que a descida de 1,8% no número de desempregados inscritos nos centros de emprego em Maio não se deve apenas a empregos sazonais.

“A sazonalidade existe sempre, mas esta é a maior descida em 37

meses. E nesse espaço de tempo houve três períodos sazonais”, apontou o secretário de Estado.

E esclareceu que a referida descida “deve-se sobretudo às empresas que criaram emprego”.

“A melhoria da situação económica permitiu às empresas contratarem mais pessoas”, acrescentou.

Para o governante, esta é uma “boa notícia” que revela “uma tendência que está a acontecer” de diminuição do desemprego.

Valter Lemos admitiu, no entanto, que a sazonalidade explica

alguma da diminuição do número de inscritos nos centros.

“As razões da sazonalidade são boas, não quero dar a ideia que temos menos dez mil desempregados só devido à acção do Governo”, disse.

De referir ainda que, de acordo com Valter Lemos, não há contradição entre os valores recentemente divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que estima numa taxa de desemprego de 10,8% em Abril, e os dados recentemente divulgados pelo IEFP.

“Aquilo que a OCDE e o Eurostat apresentam são estimativas baseadas num histórico, não nos dados reais. No final do trimestre teremos os dados finais apurados pelo Instituto Nacional de Estatística e, nessa altura, esses dados são adoptados por esses organismos”, explicou.

Para o secretário de Estado do Emprego, os números do IEFP são “congruentes” com os divulgados antes pelo Eurostat, nos quais se lia que Portugal travou a destruição de emprego no primeiro trimestre do ano.

“Eu sempre disse que no segundo trimestre teríamos uma inversão da tendência no que respeitava aos números do desemprego. Estamos a ter e estou convencido que a taxa de emprego oficial do segundo trimestre venha a demonstrar isso”, declarou para de seguida apontar que o Executivo “mantém”, assim, a previsão de uma taxa de desemprego de 9,8% este ano. **M.R.**

Desempregados vão ajudar nos fogos florestais

DE ACORDO com um protocolo assinado entre os ministérios da Administração Interna, da Agricultura e do Trabalho, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) vai poder recrutar mil desempregados para trabalhar, juntamente com os corpos de bombeiros ou com as autarquias, na prevenção de incêndios nas florestas.

Para a ministra Helena André, subjacente à assinatura deste documento protocolo está um duplo objectivo que passa, por um lado, pela preservação da floresta, e, por outro lado, pela promoção da empregabilidade.

Para o titular da pasta da Agricultura, António Serrano, este acordo é de “extrema importância para a floresta”, sector que, recordou, emprega actualmente mais de 200 mil pessoas.

Como acentuou Helena André, as tarefas

reservados aos mil desempregados a recrutar pelo IEFP serão sobretudo de prevenção dos incêndios, a reflorestação e a vigilância das florestas, prevendo-se que lhes seja dada formação específica para estas suas novas funções.

Por sua vez, para o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, disse que este protocolo constitui uma mais-valia para transformar este num bom ano no combate aos incêndios florestais de Verão, recordando que em 2010 “arderam cerca de 25% menos área do que no ano passado”.

Os mil candidatos que vão trabalhar nas florestas têm de ser beneficiários do rendimento social de inserção e do subsídio de desemprego e vão receber um complemento em dinheiro correspondente a 20% do valor que já recebem, além do subsídio de transporte e de alimentação. **R.S.A.**



Portugal e Espanha assinalam 25 anos de adesão reafirmando compromisso europeu



Duas cerimónias, uma em Lisboa e outra em Madrid, marcaram, no passado dia 12 de Junho, os 25 anos da adesão de Portugal e Espanha à União Europeia, repetindo o acto de há um quarto de século atrás na presença dos protagonistas de então, Mário Soares e Felipe González, que foram homenageados.

NA CERIMÓNIA de Lisboa, realizada no Mosteiro dos Jerónimos, discursaram o primeiro-ministro, José Sócrates, seguido do chefe de Governo espanhol, José Luís Zapatero, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, o presidente do Parlamento Europeu, Jersy Buzek, e o Presidente da República, Cavaco Silva, que encerrou a sessão solene.

Na ocasião, José Sócrates defendeu que uma “resposta europeia” aos efeitos da crise financeira e económica é “condição indispensável do futuro da integração europeia e do apoio popular necessário ao aprofundamento da União”.

“Assinalamos estes 25 anos da aventura europeia em Portugal e Espanha com a perfeita consciência dos desafios que se colocam ao projecto europeu”, afirmou o primeiro-ministro português.

Para o chefe de Governo, a crise “impõe também uma Europa mais solidária, mais capaz de apoiar e incentivar as reformas necessárias à sustentação do seu modelo social e assim reforçar o apoio popular ao projecto europeu”.

Impõe-se igualmente, disse, a afirmação da Europa com “uma política externa e de segurança e defesa assente nos seus valores identitários, a preservação da paz, o respeito pelos direitos humanos, pela negociação

multilateral, pela observância do direito internacional e pela resolução pacífica dos conflitos”.

José Sócrates deixou igualmente claro que o “compromisso europeu” de Portugal é “um compromisso de convicção, não de mera conveniência”.

“Portugal e Espanha sempre estiveram na primeira linha de desenvolvimento do projecto europeu e em especial nos momentos mais críticos e mais relevantes da vida do nosso continente”, lembrou, sublinhando que “a Europa marcou a história portuguesa e espanhola”, mas “Portugal e Espanha deixam também a sua marca e a sua sensibilidade na construção do projecto europeu nestes últimos 25 anos”.

“É precisamente em momentos difíceis e exigentes, em que é necessário esforço nacional para se superar as dificuldades, que se impõe a reafirmação de que a aposta feita há 25 anos continua a ser o projecto essencial para o nosso futuro”, concluiu.

Por seu turno, José Luís Zapatero, primeiro-ministro espanhol, afirmou que os últimos 25 anos “foram o período de maior estabilidade e prosperidade” para Portugal e Espanha.

“Celebramos hoje juntos 25 anos nas instituições comunitárias. Estamos a fazê-lo muito satisfeitos, com a consciência de que partilhamos

problemas e desafios, mas também com a convicção de que unidos vamos superá-los”, disse Zapatero, acrescentando de seguida que a Europa “foi a chave para a transformação que os dois países viveram neste quarto de século, não só pelos recursos económicos recebidos, que foram e são importantes, mas sobretudo pelo impacto modernizador” nas duas sociedades.

“A participação no projecto europeu contribuiu para acelerar a mudança de mentalidades e de estruturas, políticas, económicas e sociais”, indicou.

E apontou que a Europa não pode ser compreendida sem a marca ibérica, recordando depois o contributo dado para as relações da União Europeia com o continente africano, com o Mediterrâneo e com a América Latina.

O presidente do Executivo espanhol referiu ainda a mudança verificada nas relações bilaterais depois da integração europeia.

“Até princípios dos anos 80, Portugal e Espanha viviam de costas voltadas. Hoje, e em boa medida graças ao vínculo comunitário, vivemos o período de maior entendimento e cooperação de toda a história”, declarou.

Para o primeiro-ministro espanhol, esta não é apenas a ocasião de fazer um balanço do percurso percorrido, mas também de olhar para o futuro.

“Em Portugal e em Espanha revalidamos o nosso compromisso de há 25 anos para com a Europa com a mesma ilusão que mostrámos então”, referiu, prometendo que ambos governos continuarão “a trabalhar por uma Europa mais forte, mais solidária,

mais importante no mundo, por uma Europa de valores, de cidadãos, de bem-estar e de segurança”.

Reencontro de dois países

Terminadas as comemorações em Lisboa, os responsáveis partiram para Madrid, participando, no Palácio Real de Oriente, numa cerimónia solene semelhante à realizada na capital portuguesa em que estiveram presentes o rei de Espanha e o príncipe das Astúrias.

Abriu a sessão de discursos o primeiro-ministro espanhol, José Luís Zapatero, seguido de José Sócrates, Durão Barroso, Jersy Buzek e coube ao rei de Espanha, Juan Carlos, encerrar a sessão.

Nesta ocasião, José Sócrates quis homenagear a coragem e a liderança de Mário Soares e Felipe González que, há 25 anos, tiveram a “visão política, sentido histórico e sentido de risco” para apostar na adesão europeia de Portugal e Espanha.

“Neste momento a opção europeia parece a todos evidente. Mas há 25 anos atrás isso não era nem evidente nem completamente consensual. Foi preciso visão política, sentido histórico e foi preciso, também, o sentido do risco para fazer essa aposta e essa escolha”, afirmou o primeiro-ministro português na capital espanhola.

Para Sócrates, “estes 25 anos da nossa história constituem um período de abertura, de modernidade, de liberdade, de democracia, mas também de grande prosperidade”, pelo que classificou a adesão de Portugal e Espanha à então CEE como um momento “decisivo para a história política dos dois países”.

Hoje, venceu, “é importante manter esta aposta”, especialmente num momento de crise que demonstrou que “a resposta aos problemas se faz com desenvolvimento e com aprofundamento do projecto europeu e não com o seu recuo”.

Antes, José Luís Zapatero sustentara que a crise actual, que já levou a Europa a tomar decisões históricas, como o resgate à Grécia, criou oportunidades de avançar com reformas “imprescindíveis”.

“Estamos perante uma extraordinária oportunidade de assumir reformas imprescindíveis para promover um novo modelo de crescimento, mais equilibrado e mais sustentável”, disse na sala de colunas do Palácio Real em Madrid.

Foi aqui, há exactamente 25 anos, que Espanha – horas depois de Portugal o ter feito nos Jerónimos – assinou o tratado de adesão à então Comunidade Económica Europeia, momento de “elevado valor histórico” que reflecte o “reencontro entre os dois países”.

No Palácio Real de Oriente, o ex-presidente da República Mário Soares sustentou que Portugal e Espanha continuaram a apostar no fortalecimento da Europa, que deve caminhar para um governo económico e um governo político de modo a ter um papel global mais relevante.

Na mesma linha discursiva, Felipe González, ex-primeiro-ministro espanhol, considerou que, num momento de crise como o que hoje se vive, a solução deve ser apostar em “mais Europa”, fortalecendo a governação económica e reconhecendo que se a UE não existisse teria que ser “inventada agora”. M.R.

Comissão de Inquérito à Fundação para as Comunicações Móveis

A verdade não interessa à oposição

O relatório final da Comissão de Inquérito à Fundação para as Comunicações Móveis (FCM), aprovado pelos partidos da oposição, “contém uma gritante desconformidade com a matéria dada como provada no decurso das audições parlamentares, chegando mesmo a ser inverosímil a forma como se retiram conclusões sem qualquer tipo de correspondência com os documentos existentes”, afirma ao “Acção Socialista” o deputado Ramos Preto, que acusa a oposição de “nunca ter estado interessada no apuramento da verdade”.

O COORDENADOR dos deputados socialistas na comissão de inquérito considera ainda que “há um manifesto desprezo pelas declarações, quer dos gestores das empresas privadas envolvidas no processo, quer dos titulares ou titulares de cargos públicos”.

Por isso, adianta, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) “duvida, face a esta desconsideração, das reais intenções dos proponentes da comissão, ficando claro no final que não foi o apuramento e descoberta da verdade que motivaram os partidos requerentes da comissão”.

Instrumentalização política da coligação contranatura

Para Ramos Preto, “houve instrumentalização política da comissão de inquérito que se estriba numa coligação contranatura que vai da extrema-esquerda à direita, que concertaram posições e cozinharam conclusões com o intuito único e exclusivo de tentar manchar o trabalho desenvolvido pelo Governo do PS e recusando apurar a bondade da substância do

programa e-escola”.

Um programa, prosseguiu, “que registou uma enorme adesão dos portugueses e se traduziu em 79.526 computadores para a iniciativa e-professor, 324.944 computadores para formandos inscritos nas Novas Oportunidades, 451.717 computadores destinados aos alunos matriculados no 5º ao 12º ano de escolaridade e 412.713 computadores ‘Magalhães’ para os alunos do 1º ao 4º ano de escolaridade, no âmbito da iniciativa e-escolinha”.

Por isso, frisou o deputado do PS, ao não darem o devido relevo à bondade de um programa como, por exemplo, o ‘Magalhães’ que “permitiu a milhares de crianças ter um computador que de outra forma não teriam, contribuindo assim para uma maior igualdade de oportunidades”.

E salientou ainda que por via do programa e-escola, existem pelo menos 800 mil novas assinaturas de Internet em banda larga, “o que contribuiu largamente para que Portugal ocupe hoje o 2º lugar no ‘ranking’ da União Europeia na taxa de penetração da banda larga



móvel com uma taxa de 16,1%, apenas ultrapassada pela Finlândia com uma taxa de 17%, de acordo com dados divulgados pela Comissão Europeia”.

Neste quadro, Ramos Preto considera que os deputados da oposição “abdicaram propositadamente de tratarem da substância das políticas e preocuparam-se apenas com a mera retórica parlamentar que em nada contribui para a dignificação das comissões de inquérito”.

Reiterando, com isso, que as conclusões da comissão de inquérito, “instrumentalizada politicamente” pelas forças políticas da oposição, “nunca teve como objectivo final da sua acção apurar a verdade”.

Pecados do relatório

De salientar ainda que o Grupo Parlamentar do PS (GPPS), na sua declaração de voto, considerou que

deixar explícita a ideia de que a constituição de uma fundação para servir de instrumento essencial para realizar parte dos compromissos assumidos nas propostas, tendo em vista que a alocação dos contributos das operadoras para a sociedade de informação e do conhecimento, já constava das propostas de pelo menos três concorrentes, bem como da decisão do ministro da Economia, Carlos Tavares, do Governo chefiado por Durão Barroso, que a impôs aos três operadores que beneficiaram do espectro que estava atribuído à Onyway”.

Os deputados do PS adiantam que “todos os documentos referidos constam do acervo documental junto ao processo da comissão de inquérito. Mas, porém, a ‘limpeza’ dos mesmos promovida pela relatora e sancionada pelos deputados que votaram favoravelmente o relatório, põe em causa todas as conclusões que se retiram afinal”.

Na declaração de voto, o GP/PS conclui que “a comissão de inquérito olhou mais para os interesses privados e quase ignorou os públicos, uma vez que se alheou de conhecer o impacto público que a iniciativa e-escola teve junto de largos sectores da sociedade portuguesa”.

Por outro lado, referem ainda os deputados do PS, “da matéria de facto apurada em sede de comissão de inquérito, seja ela prova documental ou testemunhal, não resulta qualquer irregularidade ou ilegalidade, quer no contratos celebrados entre o Estado e os intervenientes quer na monitorização de todo o programa por parte da Fundação para as Comunicações Móveis”. J. C. C. B.



PS rejeita conclusões ridículas e lamentáveis do relatório da oposição sobre caso PT/TVI



Dado que não foram apresentadas quaisquer provas, as conclusões da comissão de inquérito parlamentar sobre o negócio PT/TVI são “ridículas” e “lamentáveis”, considerou o primeiro-ministro, José Sócrates, que acusou o PSD e o Bloco de Esquerda de terem estabelecido “uma santa aliança”.

FALANDO aos jornalistas no passado dia 18 de Junho, na Gare Marítima de Alcântara, José Sócrates fez duras críticas à conclusão da comissão de inquérito parlamentar sobre a eventual interferência do Governo na compra da TVI pela Portugal Telecom (PT).

Segundo Sócrates, esta comissão de inquérito parlamentar “foi absolutamente lamentável” porque “todo o país percebeu que, ao longo destes meses de inquirições, o que ficou efectivamente provado é que o Governo não interveio no negócio, que foi sempre uma decisão empresarial da PT”.

“Todos aqueles que levantaram suspeitas, todos aqueles que dirigiram acusações deveriam pedir desculpa. Mas, afinal, chegados ao fim e o relator [o deputado do Bloco de Esquerda João Semedo] da comissão, para espanto de todos, diz que o Governo fez uma intervenção, sim, para acabar com o negócio, como se essa fosse a matéria em

causa. Ora, toda a gente sabe que, depois de o Governo conhecer esse negócio e as notícias terem vindo a público, o Governo teve uma intervenção no sentido de o limitar, mas não era isso que estava em questão na comissão de inquérito”, frisou o primeiro-ministro.

E deixou clara a sua convicção de que, na comissão de inquérito “houve uma tentativa de atirar poeira para os olhos”.

Nas declarações que fez aos jornalistas, José Sócrates insurgiu-se ainda contra o ponto das conclusões da comissão de inquérito que referia que o primeiro-ministro conhecia o negócio antes de 24 de Junho, porque esse negócio tinha sido noticiado na véspera na Comunicação Social.

“Como se a pergunta que me fizeram no Parlamento era se eu tinha lido os jornais do dia anterior”, reagiu, indignado.

Sócrates contrapôs depois que, no Parlamento, ele foi questio-

nado “se o Governo tinha sido informado pela PT do negócio, se acompanhou o negócio e não se o primeiro-ministro tinha lido os jornais do dia anterior, que falavam na possibilidade desse negócio”.

“Isto é absolutamente ridículo. O que se passou foi que os partidos que decidiram fazer uma comissão de inquérito chegaram ao fim sem terem nada para sustentar todas as acusações que fizeram. Agora, decidiram escrever as coisas ao lado, dizendo que o Governo interveio apenas depois do conhecimento do negócio, como se fosse isso que estava em causa. O que estava em causa era saber se o Governo interveio antes, no sentido de dar orientações”, lembrou.

Na perspectiva de José Sócrates, todos os depoimentos feitos na comissão de inquérito coincidem com as afirmações que proferiu na Assembleia da República sobre o negócio entre a TVI e a PT.

“Mas, a verdade, é que o relatório conclui que eu tinha conhecimento porque veio nos jornais no dia anterior. Ora, acho isto absolutamente caricato e apenas uma forma de os partidos, que não arranjam nenhuma prova ou evidência para as suas acusações, poderem sair com a cara minimamente lavada”, denunciou.

Depois, Sócrates acusou ainda os deputados da oposição de terem tentado humilhá-lo publicamente com a comissão de inquérito ao negócio PT/TVI, afirmando que o seu dever agora seria um pedido de desculpa ao país e a si.

Para José Sócrates, “todos os portugueses perceberam que não se fez [na comissão de inquérito] uma avaliação minimamente justa”.

“Trata-se apenas de uma avaliação política, que é caricata, porque os deputados não apuraram nada”, defendeu.

Valeu tudo na comissão

Por sua vez, o deputado socialista Vitalino Canas afirmou que o PS votou contra o relatório da comissão de inquérito à compra da TVI “com consciência e convicção” e acusou a oposição de pretender apenas atacar o partido.

“Votamos contra com plena consciência e convicção. A própria história votará contra. Condenará a falta de coragem dos deputados em reconhecer o que ficou demonstrado”, afirmou Vitalino Canas, que na declaração de voto socialista acusou os partidos da oposição de quererem “atingir o PS ao atingir pessoas próximas do PS e o Governo”.

“O que motivou os autores da

comissão de inquérito foi o ataque cerrado ao PS”, criticou, afirmando que “valeu tudo” na comissão.

“Desde a tentativa de uso ilegal e inconstitucional de escutas recolhidas num âmbito de processo criminal, à referência a escutas divulgadas indevidamente, a referências despropositadas e censórias à ligação de pessoas ao PS sem que tenha isso relação com objecto do inquérito”, condenou, para de seguida rematar: “Nas 250 páginas não sobrou nenhuma linha para factos”.

Refira-se que o relatório redigido e proposto pelo deputado do Bloco de Esquerda João Semedo à comissão de inquérito sobre o caso PT/TVI foi aprovado com os votos favoráveis de toda a oposição, com a abstenção do presidente da comissão e com os votos contra dos deputados socialistas.

A oposição deixou passar apenas duas propostas de alteração do PS ao relatório que não modificaram o conteúdo do mesmo: uma para incluir o despacho de Mota Amaral sobre a proibição do uso dos resumos de escutas e outra para referir os relatórios da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas sobre o Jornal de Sexta da TVI. M.R.

OPINIÃO

MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Temos de apoiar as empresas, com condições objectivas. Crescer, adaptar-se ao mercado global, inovar nos produtos e nos processos, mas crescer

CONTRACICLO

NESTES tempos de tempestade a economia parou. Com a crise financeira prevalece a ideia de que a prioridade é a consolidação das contas públicas, a redução da dívida do Estado, das empresas e das famílias. Andámos a construir castelos na areia. Os castelos começam a ruir, por entre as nossas mãos.

Este é o tempo de rigor. De uma nova visão do mundo. De um país realista. Acabaram as facilidades. Tudo é mais complicado de conseguir. Os mercados, os parceiros, o dinheiro. Só devemos gastar o que podemos e o que devemos. Temos escolhas a fazer. Olhando a economia. Não nos podemos resignar a crescimentos medíocres. Temos de usar a cabeça.

Avançar com o investimento público e apoiar as empresas. Não basta a ideia muito batida de fazer investimento de proximidade. Esse gera mais rapidamente dinâmica económica local. Mas temos de ultrapassar a visão obreirista. São precisas infra-estruturas de apoio à economia. Áreas logísticas, plataformas intermodais, parques tecnológicos, zonas empresariais. Mas também apoio no imaterial, na promoção e na afirmação da marca. Temos de melhorar a nossa eficiência colectiva, o sentido de cooperação, com noção de sobriedade.

Temos de apoiar as empresas, com condições objectivas. Crescer, adaptar-se ao mercado global, inovar nos produtos e nos processos, mas crescer. O tempo de apoiar a tesouraria está a esgotar-se. Esse não é o apoio para o futuro. Temos de reequacionar, em muitos casos, o nosso modelo económico. Reajustar os sectores tradicionais, projectar os sectores emergentes. Mas com um objectivo de crescimento em cada projecto. Temos de voltar à economia.

A internacionalização é a palavra-chave. Os últimos dados sobre as nossas exportações são um bom sinal. Mas, mais importante é a composição e a diversificação dos mercados. É aí que está a sustentabilidade deste caminho. E mostra que Portugal tem sectores altamente competitivos que são capazes de se afirmar, mesmo em momentos de crise. Temos de acreditar. E apostar na economia real.

Escolas com menos de 20 alunos potenciam exclusão e insucesso escolar

O GOVERNO vai prosseguir com o encerramento de escolas para combater a exclusão e o insucesso escolar, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates, que considerou “criminoso” não se ter avançado antes com o processo. “Era criminoso para o nosso sistema público de ensino não ter feito nada para encerrar as escolas com menos de 20 alunos, e é por isso que vamos continuar com esse esforço”, afirmou José Sócrates em Trancoso, onde inaugurou uma nova escola básica integrada e recebeu a medalha de honra do município pela decisão de ter avançado com a construção do Itinerário Principal 2 (IP2), com perfil de auto-estrada entre Celorico da Beira e Trancoso.

No seu discurso, o primeiro-ministro, que esteve acompanhado pela ministra Isabel Alçada, referiu que o Ministério da Educação já encerrou cerca de 2500 escolas. E acrescentou: “Agora encerramos as outras, em negociação com as autarquias”.

Sublinhando que o Governo não podia deixar “tudo como está”, Sócrates reiterou que “o pior que há na Educação é não fazer nada”.

Segundo o primeiro-ministro, irão encerrar mais escolas com menos de 20 alunos porque, frisou, “ao longo destes últimos anos o insucesso escolar nas escolas com menos



de 20 alunos sempre foi muito superior ao insucesso escolar verificado nas outras escolas com mais alunos”.

Perante este cenário, fez questão de realçar que manter escolas com 20 alunos significaria “condenar essas crianças à exclusão, ao abandono e ao insucesso escolar”.

“Nós não queremos isso, só pensamos no interesse das crianças, é um interesse meramente pedagógico, quando pensamos em encerrar essas escolas”, disse, em declarações

aos jornalistas.

De salientar que o presidente da edilidade, Júlio Sarmiento, do PSD, considerou que a decisão do Governo de José Sócrates de ter construído o IP2 “representa o mais importante investimento público de sempre no concelho de Trancoso”, acrescentando que com a atribuição da medalha de honra da câmara ao primeiro-ministro “também queremos desactualizar a teoria corrente da ingratidão política”.

Em resposta, José Sócrates

mostrou-se “profundamente honrado” e disse que estava em Trancoso para agradecer a distinção concedida e o gesto da autarquia que “tem nobreza e elevação”.

O chefe do Governo disse ainda que o IP2 é uma obra “justa e necessária” para a região e que o Governo avançou com a sua construção por razões económicas, de justiça e de solidariedade para com uma região do interior do país que não dispõe de boas acessibilidades rodoviárias.

Nova linha de crédito de 1250 milhões para as PME

UMA nova linha de crédito destinada às Pequenas e Médias Empresas (PME), no valor de 1250 milhões de euros, com um “valor indicativo reservado” para empresas exportadoras e micro e pequenas empresas, foi aprovada no dia 8 pelo Governo.

Falando no final da reunião de Conselho de Ministros, o secretário de Estado da Indústria e Desenvolvimento, Fernando Medina, afirmou que a linha PME Investe 6 surge na sequência do sucesso alcançado por estes programas no último ano e meio.

“Mais de 50 mil pequenas e médias empresas foram já apoiadas no acesso ao crédito”, disse, sublinhando que a dotação do PME Investe 6 tem “um valor que sobe significativamente face à última linha que tivemos disponível”.

Por outro lado, adiantou, a nova linha de crédito tem, além disso, uma “característica distintiva”, ou seja, explicou, possui um valor de reserva de 450 milhões de euros para empresas exportadoras e 350 milhões



de euros para as micro e pequenas empresas, “por se considerar que são dois segmentos com necessidades particulares de acesso ao crédito neste momento”.

Segundo o governante, a linha PME Investe 6 tem também a preocupação de “facilitar o acesso ao crédito por parte de

empresas que não beneficiaram deste instrumento no passado”, e que passam agora a usufruir de “uma taxa de garantia de 60%”.

A manutenção de ‘spreads’ particularmente competitivos face à situação do mercado é outra das características da nova linha de crédito.

Fernando Medina sublinhou que “ao longo do último ano e meio, este apoio permitiu às empresas que pudessem desenvolver melhor a actividade, fazer face às suas necessidades de tesouraria, de fundo de maneo, de investimento e de exportação e financiamento da sua actividade exportadora”.

A linha agora aprovada, frisou, é “um bom instrumento para prosseguir o apoio numa área crítica para as empresas na actual conjuntura, ainda de normalização do sistema financeiro após a crise que vivemos”. E acrescentou que conta “que este instrumento seja capaz de auxiliar as empresas, que enfrentam o desafio da retoma da actividade”.

Porto beneficia de 76 projectos PARES

COM 76 projectos aprovados, o distrito do Porto foi o mais beneficiado, a nível nacional, com o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), garantiu o deputado do PS Lúcio Ferreira, no decurso de uma recente visita dos parlamentares socialistas eleitos pelo círculo eleitoral portuense a duas obras no âmbito do referido projecto: o lar da Associação de Solidariedade Social de S. Martinho do Campo, em Santo Tirso, e a creche do Instituto de S. José, em Vila do Conde.

Na ocasião, Lúcio Ferreira afirmou que o PARES, a nível nacional, tem “um investimento total de 212 milhões de euros, tendo já sido aprovados 614 equipamentos, com 1060 respostas sociais e 32 mil lugares para vários beneficiários” do projecto.

“O distrito do Porto foi o mais contemplado com este programa, teve 76 projectos aprovados, num investimento correspondente a 49 milhões de euros – 28 milhões públicos e 21 privados”, referiu o



deputado do PS.

Segundo o parlamentar socialista, no distrito do Porto, o PARES 1 tem 11 iniciativas com obra concluída, o PARES 2 tem cinco com obra concluída e o PARES 3 tem dois com obra concluída, estando, no total, 18 projectos já implementados e terminados.

“Isto é um sinal de que no distrito do Porto houve mais candidaturas, talvez por ser um distrito que tem sofrido mais os desequilíbrios do desenvolvimento”, vincou.

Para Lúcio Ferreira, “este programa, criado em Maio de 2006, é um dos pilares da estratégia de desenvolvimento integrado das políticas sociais do país e é determinante para o bem-estar e melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias” portuguesas.

“Temos que ter presente a importância deste projecto, que não se esgota na criação de postos de trabalho qualificados, mas também aposta na mão-de-obra e no desenvolvimento da economia que gera a construção das infra-estruturas”, concluiu.

Reforma do sistema de pensões permite encarar futuro com optimismo

A PROFUNDA reforma no sistema de pensões que Portugal empreendeu está a ter excelentes efeitos e a “produzir já resultados para a sustentabilidade das contas públicas”.

Em Xangai, onde se deslocou em visita à Expo e à margem da segunda cimeira internacional sobre desenvolvimento sustentável, “Global Green Business Summit”, o ministro da Economia e titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social no Governo anterior, Vieira da Silva, reagiu assim ao comissário europeu dos Assuntos Económicos e Monetários que no Luxemburgo, no final da reunião dos ministros das Finanças da zona euro, dois dias antes, considerava que os dois países ibéricos “têm de prosseguir as reformas estruturais”, nomeadamente no mercado do trabalho e sistemas de pensões.

O governante respondeu ao comissário, sublinhando que Portugal “soube conduzir” uma reforma muito profunda no seu sistema de pensões, facto que se traduz hoje em indicadores neste domínio que o colocam “como o segundo país europeu com menor pressão orçamental no futuro”, ou seja, reforçou, “como o segundo melhor do ponto de vista do impacto nas contas públicas”, o mesmo sucedendo em relação à Segurança Social que está em condições de “contribuir para a sustentabilidade a prazo das contas públicas”.

Para Vieira da Silva, o caminho já percorrido permite “continuar a produzir



resultados” que serão tanto mais fortalecidos “quanto os seus mecanismos automáticos se forem consolidando”.

Aconselhando que se analise, “em caso de dúvida”, o antes e o depois da reforma, o titular da pasta da Economia não deixou contido de referir que o próprio comissário europeu, Olli Rehn, considerou a reforma produzida em Portugal como estrutural e substancial, descrevendo-a como “apropriada”.

Também o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, se referiu a este assunto no final da reunião do Conselho de Ministros de 8 de Junho, considerando que Portugal “já fez as reformas estruturais importantes para a sua modernização”, quer na área da Segurança Social, como na do Trabalho, acrescentando que o país permanece disponível

para “prosseguir a implementação dessas reformas”.

Para Silva Pereira, não faz sentido para Portugal colocar questões como o aumento da idade da reforma, quando justamente “a nossa reforma da Segurança Social integrou um conjunto de medidas em que a esperança de vida é tida em conta no próprio processo de cálculo das pensões de reforma”.

Relativamente à reforma da legislação laboral, também referida pelo comissário europeu, o ministro da Presidência lembrou, por um lado, que Portugal foi de entre os países da OCDE aquele “que mais soube evoluir ao nível da rigidez da sua legislação laboral”, e foi dos poucos países que já no período antes da crise económica “concretizou a sua reforma da legislação laboral”. R.S.A.

CRISE NÃO VAI IMPEDIR A CRIAÇÃO DE NOVAS CRECHES

A CRISE económica que está a afectar os países desenvolvidos e que passa igualmente por Portugal, não vai travar a criação e o desenvolvimento de novas creches e lares de idosos, garantiu a ministra do Trabalho e Solidariedade Social, em visita às Caldas da Rainha onde inaugurou dois equipamentos nas freguesias de Santa Catarina e Salir de Matos.

Para Helena André, as medidas de restrição orçamental impostas pelo período difícil que o país atravessa não vão impedir nenhuma das obras aprovadas pelo PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, designadamente no que toca a creches e a lares de idosos.

“São obras para manter e desenvolver”, assegurou Helena André, porque acima de tudo, como referiu, “está a qualidade de vida dos nossos cidadãos”, assegurando que até final de 2011 “estarão concluídos 614 novos equipamentos”, num total estimado em cerca de 212 milhões de euros.

Recorde-se que actualmente, no âmbito do programa PARES, criado em 2006, estão em execução 283 obras que vão permitir criar mais de 38 mil novos lugares, em creches e lares de idosos, em todo o território nacional. R.S.A.



SÓCRATES SAÚDA ENSINO PROFISSIONAL

O ENSINO profissional é fundamental para que os jovens possam obter “mais qualificações e adquirir novas oportunidades de trabalho”, afirmou José Sócrates.

De visita à nova escola de Hotelaria de Lisboa, que funciona desde Setembro na antiga escola industrial Machado de Castro, o primeiro-ministro, na companhia da ministra da Educação, Isabel Alçada, lembrou que desde 2005 se assiste a uma “dupla mudança no ensino profissional”, a qual tem atraído cada vez mais alunos, contribuindo assim para um verdadeiro “combate ao abandono escolar”.

Com cerca de 300 alunos, distribuídos por vários cursos, a nova Escola de Hotelaria de Lisboa está equipada com modernas tecnologias e nasceu do trabalho de cooperação institucional entre os ministérios da Educação e da Economia.

Para Sócrates, “foi um erro no passado”, logo a seguir à revolução, ter-se desvalorizado os cursos profissionais, facto que o país “pagou com o abandono escolar com prejuízos para a economia”.

Para além dos cursos voltados para a indústria do turismo, a antiga escola Machado de Castro, que foi objecto de profunda recuperação, onde funciona agora a Escola de Hotelaria de Lisboa, acolhe também um dos 455 centros das Novas Oportunidades existentes no país, iniciativa que “está a transformar o panorama da educação em Portugal”, segundo afirmou o primeiro-ministro. **R.S.A.**



AÇORES VÃO APOSTAR NA TECNOLOGIA ESPACIAL

A TECNOLOGIA espacial como pólo de desenvolvimento potenciador da centralidade atlântica dos Açores é um desígnio a prosseguir no arquipélago, segundo anunciou o secretário regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, durante um encontro realizado em Toulouse sobre a problemática do espaço e da tecnologia espacial.

Para José Contente, trata-se de aprofundar e melhorar “a caminhada científica que a região está a percorrer” potenciando a iniciativa “com projectos qualificados e estruturantes”, como a Agência Espacial Europeia ou como o conjunto de outras unidades que integram os Açores e o restante território nacional numa rede atlântica de estações geodinâmicas espaciais.

Falando na abertura do encontro “Toulouse Space Show”, que teve lugar naquela cidade do sul de França, o governante açoriano assumiu que a tecnologia espacial acarreta consigo uma “energia dinamizadora” não só ao nível do investimento público, mas também da actividade científica e do “desenvolvimento de software e de engenharia de sistema”, sectores que em sua opinião, nenhuma região nem nenhum país pode desaproveitar. Daí a aposta dos Açores, disse, “na tecnologia espacial como um pólo dinamizador”.

Alguns passos importantes foram entretanto já dados na região, recordou José Contente, como são os casos do Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico, o projecto Pico-Nara, ligado à climatologia, a estação de infra-sons para detecção de ensaios nucleares, a rede de estações de tecnologia GPS e a cartografia digital produzida que serve de base ao Google Earth e ao Virtual Earth são alguns dos projectos de grande impacto científico e tecnológico que são “hoje uma realidade nos Açores”.

Mas para lá da importância que esta área representa no conjunto da realidade científica e económica da Região Autónoma dos Açores e do país, ela assume também um carácter determinante quer na promoção de novas oportunidades de emprego qualificado, como também “visa aumentar a atractividade da região através da ciência e da tecnologia”, o que poderá ajudar, como defendeu o governante, “à fixação de quadros e empresas” nos Açores.

Segundo o secretário regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, a tecnologia espacial “permite um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” dos Açores. **R.S.A.**



ACTUALIDADE

Energias renováveis ajudam no equilíbrio da balança comercial

OS SECTORES das energias renováveis e da mobilidade eléctrica são duas áreas que estão a dar uma ajuda preciosa a Portugal no reequilíbrio da sua balança comercial, graças ao contributo de um “vasto conjunto de empresas nacionais com capacidade e tecnologia de exportação”. Esta a convicção manifestada pelo ministro da Economia, em Xangai, onde se deslocou para participar na cimeira sobre o desenvolvimento sustentável que reuniu naquela cidade chinesa governantes e especialistas de todo o mundo.

Neste encontro, Vieira da Silva privilegiou na sua intervenção a problemática das energias renováveis e a mobilidade eléctrica, referindo que o sector começa a dar sinais evidentes de que vai ajudar Portugal a “reequilibrar a sua balança comercial”, com o mundo fruto da acção empreendedora de “várias empresas que estão a ser capazes de exportar conhecimento e tecnologia”.

Portugal é hoje, garantiu, “um caso de estudo” no capítulo do aproveitamento de energias renováveis e no estabelecimento de um sistema de mobilidade eléctrica, dando Vieira da Silva como exemplo o caso da EDP que se destaca como uma das “empresas líder mundiais no sector da energia eólica”, realidade a que se devem ainda acrescentar, como defendeu, outras empresas nacionais que desenvolvem neste sector tecnologias de ponta o que permite



acreditar na capacidade exportadora do green business português.

Também a Galp, na área dos biocombustíveis, a Efacec, na inovação de componentes eléctricos e electrónicos, ou a Critical Software, no desenvolvimento de aplicações, entre muitas outras, mereceram da parte do governante português um destaque especial e uma chamada de atenção para o facto de o leque de outras empresas nacionais, em outras áreas económicas, “estarem igualmente a apostar na qualidade e nas tecnologias de ponta”, assumindo posições de relevo e perfilando-se como potenciais parceiras nos mercados globais.

Defendendo que as soluções energéticas “podem ser uma das portas de entrada na China”, 500 anos depois de os portugueses terem sido os primeiros europeus a contactar com a realidade daquele país asiático, o

ministro Vieira da Silva reforçou a ideia de que Portugal dispõe já das soluções mais eficientes e amigas do ambiente que muito poderão ajudar a China “no seu actual momento de expansão industrial”.

Como garantiu o titular da pasta da Economia, o plano sobre as novas tecnologias defendido pelo Governo português tem como metas reduzir até 2020 a dependência energética do país para 74%, cumprir os acordos de combate às alterações climáticas, de forma a que 60% da electricidade seja produzida por fontes renováveis e diminuir em 25% o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas.

Para atingir tal desiderato, disse, os eixos principais passam pelo “automóvel eléctrico, pelas energias renováveis e pela eficiência energética”. **R.S.A.**

Disponibilizados mais apoios aos pequenos agricultores

PARA defender a agricultura e os pequenos empresários do sector, estão a ser criados instrumentos de regulação mais fortes ao nível europeu, garantiu o ministro da Agricultura, quando visitou a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém.

António Serrano reagiu assim à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), estrutura próxima dos comunistas, que acusa a tutela de não desenvolver os esforços suficientes de apoio aos pequenos agricultores.

O governante, por outro lado, adiantou que o seu Ministério está já a “processar todas as ajudas que existem legalmente”, destacando, a este propósito, que estão a ser pagas as ajudas directas “dentro do prazo regulamentar”, de cerca de 25 milhões de euros a 35 mil pequenos agricultores das zonas de montanha do norte alentejano, do Centro e do Norte do país. Sobre algumas demoras verificadas,

afiançou que “estamos a pagar o dinheiro que existe e a recuperar os atrasos”.

Considerando que o sector agrícola, “tal como todas as outras áreas económicas”, não escapa à crise que está a afectar as economias em todo o mundo, reconheceu que a “volatilidade e a distorção dos preços ao longo da cadeia alimentar” configuram factores que também não estão a ajudar ao reequilíbrio do sector.

É por isso que esta é uma das questões centrais que está a ser discutida no âmbito da Comissão Europeia, recordou, estando o assunto a merecer da parte das instâncias comunitárias uma atenção particular, prevendo-se para breve a criação de mecanismos de intervenção que “possam corrigir a formação dos preços”.

Por se tratar de um assunto da maior relevância, “igualmente delicado em toda a Europa”, o ministro da Agricultura informou



já ter reportado à autoridade da concorrência “uma maior vigilância quanto à formação dos preços”, por se tratar de uma área “onde a tutela não pode intervir”.

O assunto mereceu, aliás, um enfoque especial quando se reuniu em Santarém, no dia 11 de Junho, com o comissário europeu da Agricultura num seminário sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC), ocasião que António Serrano aproveitou para discorrer sobre os instrumentos de regulação, defendendo, nesse sentido, a criação de mecanismos mais fortes e capazes de melhor auxiliar os agricultores e a pequena agricultura. **R.S.A.**

PS precisa definir agenda política contra investidas da direita

O PS tem a “responsabilidade de conduzir um debate político com a direita e contra as propostas da direita”, afirmou Augusto Santos Silva, no discurso de encerramento da Convenção Distrital Autárquica 2010, promovida pela Federação do PS/Porto e que decorreu no dia 19 de Junho em Gondomar.

Na ocasião, Augusto Santos Silva considerou que o PS não pode “perder a capacidade de ter agenda política e de ter iniciativa”, manifestando-se “preocupado com a desvalorização” desta dimensão.

“O problema do ponto de vista político é que esta agenda não é nossa, não foi colocada por nós, esta agenda foi-nos imposta por poderes que não são democráticos, mas sim de instituições financeiras”, explicou o dirigente socialista, que ainda assim defendeu ser necessário uma submissão



“a esta agenda para que o projecto europeu vingue”.

Santos Silva disse não compreender porque é que não se pode enfrentar os problemas que Portugal vive “com a agenda política e a iniciativa política” do PS, incenti-

vando a sua acentuação.

“É evidente que tudo se ganha e tudo se perde para o Partido Socialista em Março de 2011 com base num único número: o défice orçamental superior ou inferior a oito por cento. Isto deve levar-nos

a acentuar a nossa iniciativa política”, realçou.

De seguida apontou cinco razões para esta manutenção do projecto político socialista, a primeira das quais a necessidade de um “combate em favor da realidade, da mobilização das pessoas e da iniciativa, do investimento, do empreendedorismo e da capacidade de fazer coisas” em Portugal.

“Nós temos um grande activo aí que se chama José Sócrates porque é isso que os portugueses mais reconhecem no nosso líder”, enfatizou.

Augusto Santos Silva defendeu ainda a “necessidade de investimento” como um dos motivos desta atitude, distinguindo assim o PS da direita e do PSD.

“A terceira razão prende-se com o facto de haver políticas públicas que estão em curso – seja a nível nacional, regional e local – e po-

líticas de coesão social e é preciso puxar por elas”, disse Santos Silva, sustentando como meta para o PS a de “conduzir um debate político com a direita e contra as propostas da direita”.

“Eu bem sei que o Passos Coelho tenta não ser demasiado explícito sobre elas, mas o pouco que já se conhece, por exemplo, das propostas do PSD em matéria de legislação laboral, prova duas coisas: a enorme hipocrisia que domina e orienta a direita portuguesa e a institucionalização da precariedade laboral, designadamente para os jovens”, acusou.

Para Santos Silva, “a organização do território e do poder de forma a favorecer a coesão no desenvolvimento nacional” é essencial, considerando que o PS só conseguirá “aprovar um modelo de regionalização se ganhar a opinião pública”.

Clube A Linha

Judas lembra legado reformador do PS no concelho de Cascais

APÓS nove anos sem qualquer intervenção pública, José Luís Judas, que liderou a vitória eleitoral do PS em Cascais em 1993 e 1997, foi o orador convidado pelo Clube A Linha, numa sessão realizada no dia 18 de Junho, onde procurou repor a verdade sobre “o legado reformador e progressista” que os socialistas deixaram no concelho.

Em relação à população de Cascais, José Luís Judas salientou o “relevante contributo” que a autarquia pode dar na superação da presente crise. É que, frisou, embora “o paradigma virtual” seja o de um concelho com alto padrão de vida, uma grande parte dos habitantes é, paradoxalmente, pobre.

Neste sentido, destacou a enorme importância para o bem-estar das pessoas que significa poderem morar próximo do seu local de trabalho. Por isso, criticou a extinção da Junta de Turismo da Costa do Sol, a criação do Casino de Lisboa e a destruição do Hotel Estoril-Sol. No mesmo sentido apresentou alguns projectos estruturantes para Cascais, que merecem uma análise aprofundada, nomeadamente a construção de um pavilhão multiusos que poderia acolher o Estoril Open, que se realiza actualmente em Oeiras, a par da recuperação de antigos projectos como a Cidade do Automóvel, a Cidade do Cinema, a nova Doca de Pesca e o prolongamento da pista do Aeroporto de Cascais para os aviões de médio curso.



Judas defendeu ainda a necessidade de aproveitamento dos recursos hídricos do concelho, bem como das energias renováveis, a par da necessária requalificação ambiental.

Na sua intervenção, Judas teceu algumas críticas ao Executivo de António Capucho, do PSD, designadamente a forma como este se apropriou da autoria de projectos que lhe foram deixados pelo Partido Socialista, alguns dos quais já adjudicados. “Os projectos da sua autoria nestes anos não chegam para encher os dedos de uma mão”, acusou o antigo autarca.

Durante o período de intervenção do público foram sublinhados alguns dos principais legados da gestão José Luís Judas na autarquia, que ficará para sempre ligada ao processo de erradicação das barracas. Como obras emblemáticas dos oito anos de governação socialista foram igualmente referidos o Centro Cultural de Cascais, o Centro de Congressos do Estoril, a Ciclovia do Guincho, a urbanização

Jardins da Parede e a Marina de Cascais.

Na sua intervenção, e perante uma vasta audiência, José Luís Judas fez ainda uma análise da actual situação económica e social, marcada pela maior crise internacional desde a Grande Depressão de 1929,

onde alertou para a situação de reajustamento que hoje se vive, por força do impacto negativo que a auto-regulação acabou por causar na tradicional hegemonia financeira dos EUA. Em face disso, chamou a atenção para a necessidade de manter firme o desígnio pacifista surgido no pós-guerra, de aproximação das nações do Velho Continente, tendo reiterado que “manter a Europa unida é um acto de paz”.

As falsas verdades do neoliberalismo

Considerando enganosa a velha tese neoliberal de “menos Estado, melhor Estado”, acusou os defensores desta ideologia de fazer um ataque generalizado ao poder local através da falsa propaganda que desde 2001 lhe vêm dirigindo, ao considerá-lo como um foco da má gestão e do sobreendividamento, em prejuízo do “pensar global e agir local” que marcou a vida autárquica dos anos 90. J.C.C.B.

PAULO PISCO CONTRA MAIL XENÓFOBO POSTO A CIRCULAR NO LUXEMBURGO

AO TOMAR conhecimento de um mail xenófobo com origem na Direcção da Polícia do Luxemburgo e posto a circular na Internet por membros das forças de segurança, o deputado socialista, eleito pelas comunidades portuguesas na Europa, Paulo Pisco, dirigiu ao embaixador daquele país em Portugal um protesto formal repudiando as palavras contidas no texto, lamentando que os portugueses residentes naquele país “sejam alvo deste tipo de ofensas”.

O deputado socialista solicita ao embaixador que transmita ao governo do seu país a sua mais viva indignação e repúdio por aquele e-mail “ofensivo”, afirmando que o seu conteúdo, posto a circular na Internet, mais não encerra do que “propósitos ofensivos” para os cidadãos portugueses que vivem no Grão-Ducado.

Convicto que se trata de um acto isolado, prossegue o deputado do PS, e que o Governo Luxemburguês e a direcção das forças de segurança “não pactuam com este tipo de comportamentos”, não deixa de ser um facto que a situação ganhou amplitude ao tornar-se pública, o que “fere a honra e a dignidade dos portugueses que vivem no Luxemburgo” e que constituem “parte integrante da sociedade que tão bem os acolheu e para a qual dão o seu melhor”.

Já sob inquérito, o texto xenófobo com origem em servidores do Estado “que têm o dever de fomentar o respeito entre todos os cidadãos”, é totalmente contraditório com os princípios da União Europeia que apela à liberdade de circulação, de estabelecimento de residência, bem como com “o excelente relacionamento de amizade e de cooperação que existe desde há muitos anos entre os nossos dois países”.

Considerando que este episódio em nada “beliscará as excelentes relações entre os dois países”, Paulo Pisco diz não ter dúvidas que a amizade só pode ser construída e reforçada nesta Europa “com base no respeito entre os diferentes povos”.

Lembra, por fim, que a comunidade portuguesa que vive e trabalha no Luxemburgo é reconhecida pela sua capacidade de integração, pela sua rectidão e pelo “contributo inestimável” de décadas para a “criação de riqueza e desenvolvimento do Grão-Ducado”. R.S.A.



Centenário de Tito de Morais assinalado em todo o país

“Não pode existir liberdade sem justiça social, tal como não pode existir justiça social sem liberdade”

Manuel Tito de Morais

Assembleia da República, 8 de Junho de 1983

J.C. CASTELO BRANCO

PARA assinalar os cem anos do nascimento de Tito de Morais, a Comissão Executiva das Comemorações anunciou no dia 15, em conferência de Imprensa, no Largo do Rato, um programa de acções nacionais, cívicas e político-partidárias para a semana que decorre entre os dias 28 de Junho (data de aniversário do fundador do PS) e 2 de Junho. Trata-se de um conjunto de iniciativas públicas promovidas conjuntamente pelo PS, a Assembleia da República, a Câmara Municipal de Lisboa, o Grande Oriente Lusitano (GOL), a Fundação Mário Soares, a RTP e os CTT.

As comemorações do centenário do socialista de eleição e insigne democrata iniciam-se a 28 de Junho com a apresentação de uma fotobiografia de Tito de Morais, no Palácio Galveias.

No dia 29, a Assembleia da República organiza o descerramento de uma lápide na casa onde viveu o fundador do PS, na Rua Magalhães Lima, seguida de uma sessão solene no Parlamento, da apresentação de uma biografia, uma exposição e o lançamento de um inteiro-postal dos CTT.

A Câmara de Lisboa promove, a 30 de Junho, o descerramento de um busto no jardim público junto à sede do PS, enquanto o Grande Oriente Lusitano realiza uma sessão aberta ao público, no

Palácio maçónico.

No dia 1 de Julho vai ser criada a Associação Tito de Morais e haverá uma sessão solene e exposição na Fundação Mário Soares.

As comemorações encerram a 2 de Julho, com uma sessão solene na sede do PS, no Largo do Rato, onde será apresentado um número especial do “Portugal Socialista”, publicação de que foi o primeiro director, e será inaugurada a Sala Tito de Morais.

De destacar ainda que no dia 26 de Junho a RTP2 transmitirá um documentário sobre a vida do ex-presidente da Assembleia da República, com depoimentos de várias figuras ligadas a este lutador pela liberdade, democracia e justiça social.

Também de 3 a 6 de Julho vão ter lugar exposições sobre a vida do fundador do PS nas federações do Algarve, Coimbra, Lisboa, Porto e Viana do Castelo.

Na apresentação do programa, a filha do homenageado Teresa Tito de Morais, classificou-o como “um bom português que atravessou o século XX e teve ao longo da sua vida sentido do dever, de entrega à causa pública e, sobretudo, uma vontade inabalável de que Portugal progredisse”.

“Penso que o seu combate fundamental foi a fundação do PS e é grato reconhecer que o partido o reconhece”, afirmou, sublinhando que “todas as comemorações que vão decorrer são da maior impor-



tância para lembrar um homem que deu toda a vida para que Portugal fosse um país democrático, livre e com justiça social”.

Já Luís Novaes Tito, coordenador da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Manuel Tito de Morais, realçou que o conjunto de eventos programados e a Comissão de Honra “congrega todo o espectro político da vida nacional e todas as correntes”.

E sublinhou que este é o reconhecimento de que Tito de Morais

foi “um marco da ética na política e de coerência com o que defendeu durante toda a sua vida”.

Luís Novaes Tito e Teresa Tito de Morais tiveram ainda palavras de profundo agradecimento a todos os que se associaram, colaboraram e permitiram a realização destas comemorações

Referência moral, cívica e ética de todos os socialistas, Manuel Alfredo Tito de Morais faleceu em 1999. Afastado da vida política por motivo de doença, era então presidente honorário do PS.

A Comissão de Honra das Comemorações é composta pelo Presidente da República, Cavaco Silva, presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, primeiro-ministro, José Sócrates, e conta com numerosas personalidades e amigos de vários quadrantes da política nacional, mas também internacional, como o Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, o antigo secretário-geral do PSOE, Felipe González, e o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Pierre Schori.

Oposição desenvolve campanha abusiva sobre encerramento de urgências pediátricas

O PS/SETÚBAL condena o “aproveitamento político-partidário” que a oposição está a fazer em relação ao encerramento das urgências pediátricas, lembrando que se trata apenas da suspensão temporária desse serviço no período nocturno.

Para o camarada Vítor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal, não é sério estar-se a falar em encerramento das urgências pediátricas “quando apenas se trata de uma suspensão temporária” à noite e durante um espaço de tempo entre o dia 15 de Junho e 15 de Setembro, recordando que as crianças que

darem entrada nos hospitais da sua área de residência “terão transporte e acompanhamento profissional imediato e adequado” até ao Hospital Garcia da Orta, em Almada.

Vítor Ramalho acrescenta ainda que esta medida está a ser tomada com a finalidade de “salvaguardar a qualidade dos cuidados de saúde a prestar às crianças”, uma vez que no período de férias “há uma redução efectiva de recursos humanos”, repudiando assim, “qualquer aproveitamento político-partidário demagógico” sobre este assunto. **R.S.A.**



Lisboa recebe 30 hectares da zona ribeirinha

“HÁ MUITO que o município de Lisboa já devia ter assumido a jurisdição das áreas ribeirinhas sem relevância para a actividade do porto de Lisboa”, defendeu o primeiro-ministro na cerimónia de assinatura da transferência de 30 hectares de áreas ribeirinhas da administração do porto de Lisboa para a autarquia.

Depois de salientar que esta mudança “encerra um conflito que importava resolver”, Sócrates considerou que a partir de agora passa a ser possível compatibilizar o que é uma actividade económica da maior importância para o país, como a desenvolvida pelo porto de Lisboa, com o que deve ser também “a afirmação das actividades da cidade e a sua relação com o rio”.

Depois de recordar que a procura deste justo equilíbrio só foi possível alcançar após se ter percorrido um caminho “algo atribulado” e demasiado moroso, o primeiro-ministro garantiu que este modelo será agora “seguido à escala nacional”.

Para Sócrates, reveste-se da maior importância para a economia nacional que a capital portuguesa seja “uma cidade



competitiva” e que se afirme, cada vez mais, não apenas pela sua actividade portuária, mas também como uma cidade bonita, ribeirinha, atlântica e capaz de atrair turismo de qualidade.

As zonas do Cais do Sodré, Ribeira das Naus, Matinha, envolventes à Torre de Belém, Cordoaria/Junqueira e Padrão dos Descobrimentos, que juntas totalizam 30 hectares e que não fazem parte nem são utilizadas como áreas de interesse portuário, passarão assim a ser tuteladas pela autarquia, que, em contrapartida, pagará 14,8 milhões de euros à administração do porto de Lisboa, valor que será diluído ao longo de um período alargado, uma vez que a APL continuará a receber as rendas dos concessionários até perfazer o valor acordado.

Satisfeito com este desfecho estava igualmente o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, que classificou de “dia histórico” o 14 de Junho em que foi assinado o protocolo que coloca na gestão integrada do município uma parte significativa do território ribeirinho da cidade. R.S.A.

Aprovada proposta socialista de reabertura do elevador da Ribeira no Porto

A REACTIVAÇÃO do elevador da Ribeira, e sem custos para os utentes, vai ser uma realidade graças a uma proposta nesse sentido apresentada pelos vereadores do PS em reunião do Executivo da Câmara do Porto, no dia 15, e que foi aprovada por unanimidade.

“A proposta era tão óbvia que até surpreendeu os elementos da maioria do Executivo que desconheciam esta realidade”, afirmou ao “Acção Socialista” o líder da oposição do PS na Câmara do Porto, Manuel Correia Fernandes, acrescentando que “até o próprio presidente se comprometeu a pôr a funcionar o ascensor sem o pagamento de qualquer tarifa”.

Recorde-se que Manuel Correia Fernandes tinha chefiado uma delegação de vereadores e deputados municipais do PS, que incluiu o presidente da Junta de Freguesia S. Nicolau, Ponciano, que visitou o local no dia 13, domingo, tendo na altura anunciado a intenção de apresentar uma proposta para a reabertura do elevador. “Sabemos que está fechado há cerca de dois anos e sabemos que estará reparado”, disse, acrescentando que “não funciona



não se sabe porquê, mas a sua paragem cria imensas dificuldades”.

Na ocasião, o vereador socialista lamentou que esta paragem estivesse a causar prejuízos, designadamente aos moradores e às crianças que frequentam os espaços que o Centro Social do Barredo ocupa na parte superior do percurso do elevador.

A paragem deste elevador que liga a Ribeira ao Paço Episcopal implicava a subida das Escadas do Barredo, com mais de 130 degraus.

“Estamos preocupados com o

encerramento desta infra-estrutura que pretendia ajudar um dos problemas desta cidade que se dispõe em cascata pelo rio Douro”, frisou durante a visita.

Os vereadores do PS querem que o elevador esteja a funcionar durante o período de Verão, pois esta paragem implicaria também que se perdesse “a possibilidade de valorizar um pólo de atracção turística, numa zona particularmente bonita do Porto, no coração da cidade Património da Humanidade”. J.C.C.B.

PS GANHA ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS INTERCALARES EM FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALENQUER

AS ELEIÇÕES autárquicas intercalares realizadas nas freguesias de Aldeia Gavinha, Meca e Santo Estêvão, concelho de Alenquer, foram ganhas pelo Partido Socialista, que alcançou a maioria absoluta em duas delas.

“O Partido Socialista ganhou nas três freguesias, com maioria absoluta em duas delas, Aldeia Gavinha e Santo Estêvão”, afirmou o presidente da Câmara de Alenquer, Jorge Riso.

Em Aldeia Gavinha, o Partido Socialista elegeu como presidente da Junta Célia Nicolau, ao obter 56,35% dos votos. Em Meca, foi eleito presidente da Junta Luís Aguiar, com 42,96%. Em Santo Estêvão, os cidadãos que foram às urnas deram também a vitória aos socialistas, elegendando Paulo Matias como presidente da junta com 54,5% dos votos.

Recorde-se que o Governo Civil de Lisboa convocou eleições autárquicas intercalares para o dia 6 nas três freguesias de Alenquer, onde os eleitos não chegaram a tomar posse desde as autárquicas de Outubro e vieram a renunciar ao mandato em Abril.

O facto de não haver maioria da parte do PS, gerou um impasse na constituição dos executivos das juntas por desentendimento entre as forças políticas.



SÓCRATES DEFENDE ISENÇÃO NAS SCUT PARA RESIDENTES E AGENTES ECONÓMICOS LOCAIS

A MELHOR forma de responder às preocupações de igualdade e de justiça vindas a público relativamente às auto-estradas até agora sem custos para o utilizador é introduzir portagens em todas elas assegurando isenção para residentes e para quem tiver actividade económica registada na área atravessada pela via, defendeu José Sócrates, no passado dia 23 de Junho, durante a visita que realizou a uma fábrica situada no parque industrial da Lousã, Coimbra.

“Ponhamos portagens em todas as sete Scut e naquelas que venhamos a realizar, mas com uma salvaguarda: é que ninguém dos residentes na área dessa auto-estrada nem aqueles que têm actividade económica registada deva pagar nessa auto-estrada”, disse o primeiro-ministro, para quem esta é “a melhor forma de responder a todas as preocupações, de igualdade e de justiça”.

“Pela minha parte, o que é importante é que na A23 ou que na futura auto-estrada transmontana, nas auto-estradas do interior ou naquelas em que não há alternativa, como por exemplo no Algarve, aqueles que vivem no Algarve e têm actividade económica registada no Algarve não paguem a auto-estrada porque isso é que é o incentivo que nós damos ao desenvolvimento regional, os critérios de diferenciação positiva”, afirmou.

Questionado pelos jornalistas sobre a viabilidade prática da proposta, José Sócrates afirmou: “Isto é muito simples de fazer”.

Após garantir que é sensível “àquilo que dizem alguns responsáveis políticos regionais, como o presidente da Câmara e outras personalidades do Porto”, Sócrates afirmou, por outro lado, ser preciso ter em conta também a posição do PSD e o dever do Governo de ter uma “posição de abertura para procurar um compromisso que sirva todos, que sirva o país e com a qual o Executivo também se sintam confortável”.

Todavia, esclareceu, tal posição não pode ser assumida aquém das preocupações expressas pelos outros partidos, “nomeadamente do PSD”.

Em declarações à Imprensa, o primeiro-ministro lembrou que “o Governo sempre defendeu que não deve haver portagens nas auto-estradas que atravessam áreas que têm rendimentos *per capita* inferiores à média nacional, porque isso é um contributo para o desenvolvimento regional”.

Por outro lado, adiantou, também não deve haver portagens nas auto-estradas onde não haja “uma alternativa efectiva”.

“Têm sido estes dois critérios que têm levado o Governo a não pôr portagens nas auto-estradas do interior e a reconhecer que, nestas três auto-estradas, estes dois critérios não se verificam – nem é uma área onde o PIB seja inferior à média nacional e há alternativas, como referem os estudos técnicos”, concluiu o chefe do Executivo.

Socialistas históricos integram lista de mandatários distritais de Alegre

A CANDIDATURA presidencial de Manuel Alegre, apoiada pelo PS, apresentou, no dia 24 de Junho, em conferência de Imprensa, os seus mandatários distritais, um elenco de figuras públicas entre as quais se destacam eminentes socialistas.

Numa sessão que contou com a presença da mandatária nacional do candidato, Maria de Belém, o director de campanha, Duarte Cordeiro (líder cessante da JS), e o assessor político José Manuel Mesquita, Manuel Alegre não deixou de salientar a importância vital do concurso do PS para que a esta sua candidatura presidencial alcance a vitória, embora sublinhasse o carácter suprapartidário da mesma.

Dos mandatários apresentados por Manuel Alegre destaca-se o fundador do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e ex-ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut, que será mandatário em Coimbra.

Entre os históricos socialistas estão também Luís Filipe Madeira (Faro), José Niza (Santarém) e Manuel João Vieira (Castelo Branco).

Em termos de plano de campanha, Manuel Alegre adiantou que a Comissão Política da sua candidatura estará constituída até



ao final de Julho e a Comissão de Honra até Setembro.

Neste momento, de acordo com o director de campanha, Duarte Cordeiro, estão em fase de constituição as “equipas de trabalho operacionais ao nível dos distritos”, processo que prevê estar concluído em Julho e que decorre em paralelo com a recolha de assinaturas para a formalização da candidatura.

Alegre critica Cavaco

Entretanto, no seu primeiro jantar de apoiantes da pré-campanha para as eleições presidenciais, que decorreu em Setúbal, Manuel Alegre defendeu que o Presidente da República “não pode dizer que o

país vive numa situação insustentável porque isso cria dificuldades ao próprio país e agrava a situação”.

Perante cerca de 300 apoiantes, o candidato presidencial não deixou de reconhecer que o país está a atravessar momentos difíceis devido à crise provocada pelo sector financeiro, porém sustentou ser preciso encontrar outras soluções para a crise que não as que estão a ser apontadas pelos defensores do neoliberalismo.

“Sabemos que a crise está a ser aproveitada para impor a toda a Europa e aos países mais frágeis um plano de austeridade que vai trazer mais recessão, mais desemprego”, disse.

Face a esta crise, Manuel Alegre

considera existirem dois rumos: o da austeridade, a recessão, o desemprego, a desregulamentação, diminuição dos serviços públicos sociais e liberalização dos despedimentos, ou, em alternativa, o da reforma profunda, com uma política de coesão económica, de coordenação económica, de coesão social, de criação de emprego e, sobretudo, de mais solidariedade.

“Se é mais Europa neoliberal numa Europa dominada pelo neoliberalismo, o Estado português tem uma palavra a dizer. Sabemos que somos um país pequeno mas temos que fazer ouvir a nossa voz”, vincou, para de seguida acrescentar que “não é possível que uma Europa que foi sonhada para trazer mais democracia, mais coesão, mais bem-estar para os povos europeus, seja agora aproveitada para fazer aquilo que, ao longo de dezenas de anos, a direita não conseguiu fazer: destruir o Estado social, destruir os serviços sociais, fazer diminuir os rendimentos do trabalho, fazer diminuir os custos de produção à custa da diminuição dos rendimentos do trabalho”.

No jantar em Setúbal, Manuel Alegre concluiu que “tudo isto” vai estar em jogo nas próximas eleições presidenciais. **M.R.**

IV Universidade de Verão do PS/Setúbal debateu situação na Europa

SOB os temas “A Crise”, “O Rumo da UE”, “Os Desígnios Nacionais” e “O Papel dos Partidos” decorreu, no dia 19, a IV Universidade de Verão, promovida pela Federação de Setúbal, que contou com Mário Soares, Ângelo Correia e Freitas do Amaral como oradores convidados.

Perante cerca de 300 pessoas presentes no anfiteatro do Instituto Politécnico de Setúbal, o ex-Presidente da República Mário Soares apresentou as conclusões desta iniciativa, alertando para a ausência de rumo da União Europeia para fazer face de uma forma mais eficaz e solidária à actual crise económica e financeira.

Segundo Soares, a “relevância” de Portugal, no actual contexto de grave crise internacional, deve centrar-se em desígnios nacionais que reforcem a sua relação com Espanha, com os países lusófonos, com a América Latina, bem como é fundamental também dar uma especial importância aos oceanos e à questão da cidadania.

O fundador do PS referiu ainda a “debilidade do ideário” dos partidos políticos e o risco que esta situação representa, uma vez que,

frisou, “são pilares da democracia, facto que só se combate com o aprofundamento dos ideários e do debate”.

Já o dirigente do PSD Ângelo Correia defendeu a necessidade da “política se sobrepor à economia e não o contrário”, chamando a atenção para o facto de na Europa se dever impor um novo desenvolvimento económico, que concilie o crescimento com uma mais justa distribuição de riqueza, o que não está a acontecer.

Ângelo Correia alertou ainda para as consequências da baixa de natalidade e envelhecimento da população, implicando o aumento crescente das verbas destinadas pelos Estados ao chamado modelo social europeu, “que correrá riscos se não tivermos um novo paradigma de vida”.

Por sua vez, Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros do anterior Governo de José Sócrates e fundador do CDS, ao fundamentar as razões da crise em factores externos, passou em revista a actuação dos vários governos de Portugal nos últimos anos.

Na sua intervenção, Freitas do Amaral manifestou-se ainda



particularmente crítico em relação ao eixo franco-alemão e em particular ao facto da “Alemanha estar a sustentar posições muito pouco adequadas ao combate à crise, com propostas reducionistas, negando-se como motor da UE”.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da Federação do PS/Setúbal, Vítor Ramalho justificou a razão de ser dos temas da Universidade de Verão e dos convidados. “A gravidade da crise internacional e o facto de dever existir uma concorrência de propostas com vista à sua superação, alargando-se a base das contribuições a personalidades e instituições com diferentes formas de abordagem, fizeram com que se impusesse pela sua actualidade esta iniciativa no actual quadro. Daí que o PS, um partido plural e aberto à sociedade tivesse de dar o exemplo”.

Segundo o ex-deputado e actual presidente do Inatel, importa

igualmente “que os partidos tenham ideias claras” sobre o que fazer, ou seja, explicou, “que se estruturarem segundo desígnios e com forte militância, de modo a que a ideologia volte a ter um papel central”.

Em declarações ao “Acção Socialista”, Vítor Ramalho fez ainda questão de reiterar que Mário Soares, Freitas do Amaral e Ângelo Correia foram convidados enquanto “personalidades” e não como representantes de partidos. E recordou, a propósito, que “as Universidades de Verão realizadas pelo PS de Setúbal desde 2007, sempre no mês de Junho, foram desde a primeira edição um fórum plural de discussão de ideias, por onde passaram personalidades das mais diversas matrizes como Ernâni Lopes, Teodora Cardoso, Carvalho da Silva, Augusto Mateus e Ana Paula Vitorino, entre muitos outros”. **J. C. C. B.**



Fórum Regional

Braga pode gerar mais riqueza com maior autonomia



“Braga pode e deve gerar mais riqueza, precisa de mais e melhor investimento público, sendo consensual que toda a região sairia beneficiada com mais autonomia”. Estas são as conclusões que se podem extrair do fórum que os deputados socialistas realizaram no distrito, para debater a actual situação socioeconómica da região, que reuniu empresários, investidores, representantes de trabalhadores e associativos de múltiplas áreas da sociedade civil, bem como docentes de todos os níveis de ensino.

TAL como no resto do país, acrescentam os parlamentares do PS eleitos pelo círculo de Braga, “também a necessidade de uma justiça célere e eficaz, a necessidade da persistência dos projectos e das políticas em vez de hesitações e inflexões, são factores essenciais para consolidar reformas, concretizar projectos e acelerar no caminho de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável”.

Os parlamentares do PS congratularam-se ainda pelo “extraordinário sucesso de mais esta iniciativa que demonstra que uma forma diferente de fazer política, de estar mais próximo, de responder e prestar contas perante os eleitores é possível, é viável e cada vez mais necessária”. Por isso, prometem, “mais fóruns se seguirão ao longo desta legislatura”.

Na intervenção que efectuou na sessão de abertura, o reitor da Universidade do Minho defendeu ser necessário “encontrar um novo paradigma de desenvolvimento”, tendo em conta que “o distrito está numa situação crítica e mais complexa do que aquela que se vive no resto do país, mas também tem bons exemplos de empresas que se

distinguem nos planos nacional e internacional pela aposta na inovação e no desenvolvimento”.

António Cunha chamou também a atenção para o combate ao desemprego, que, na sua opinião, se deve fazer com inovação empresarial. É que, explicou, “tal como acontece na investigação, também as empresas têm que ser inovadoras e capazes de gerar novos modelos de negócio”.

No encerramento dos trabalhos do fórum sobre produtividade e competitividade, o deputado socialista António José Seguro defendeu que é preciso que o Governo Civil de Braga tenha uma “maior autonomia”, considerando que a atribuição de novas competências e mais funções executivas traria “maior eficiência e eficácia a muitas medidas e programas, desbloqueando projectos e acelerando aquela que é a prioridade de todos, sair da crise mais fortes e competitivos”.

Seguro, que encabeçou a lista do PS pelo círculo de Braga nas duas últimas eleições legislativas, sustentou que, no actual quadro político de ausência de regionalização, “é fundamental que o

Governo Civil seja o representante do distrito junto do Governo e não apenas o representante do Governo junto dos cidadãos”.

Para António José Seguro, o pedido de aumento da autonomia do Governo Civil justifica-se pela necessidade de dar à região o poder de aplicar as medidas que promovem o seu desenvolvimento, e de aplicar a política governamental.

“A questão que importa decidir é a da estratégia que possa potenciar a eficiência dos investimentos”, frisou, acrescentando que a estratégia a desenvolver “tem de partir daquilo que é a realidade distrital e não daquilo que desejávamos que existisse”.

Referindo que “ninguém conhece melhor os problemas e as soluções que os agentes mais perto do terreno, porque convivem diariamente com as necessidades e dificuldades de pessoas e empresas”, o deputado socialista defendeu a ideia de que “um euro aplicado ao nível local tem uma rentabilidade muito superior à que gera quando um investimento é feito de uma forma centralizada e no âmbito de um programa nacional que não considera os problemas específico de cada região”.

E acrescentou: “Entre um bom plano decidido nos gabinetes de Lisboa e a autonomia do distrito, escolho a autonomia, porque um erro à escala nacional tem custos para o país muito mais elevados que um erro à escala local”.

Seguro referiu, ainda, que “a base geográfica do distrito de Braga é muito competitiva”, sublinhando que os censos realizados nos últimos anos indicam que a região “tem atraído massa crítica de muita qualidade”. J. C. C. B.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

No ranking da demagogia, este PSD vai, portanto, direitinho para o topo!

A PASSOS DE COELHO!

O PSD requereu uma interpelação ao Governo sobre Competitividade da Economia e Execução do QREN. O debate ocorreu no passado dia 11 de Junho e mostrou que, de facto, o principal partido da oposição ainda não entrou num registo firme de coerência e responsabilidade.

Desde logo, pela forma escolhida pelo PSD para tentar demonstrar que o país está menos competitivo hoje do que estava em 2005. Para tal usou sobretudo a informação do *ranking* Global Competitiveness Index publicado anualmente pelo World Economic Forum (WEF). Dizia o PSD que entre 2005 e 2010 Portugal baixou 12 posições neste *ranking* o que mostra, segundo aquele partido, que o país está menos competitivo. Ora, já não vou falar da total ausência no discurso do PSD de qualquer proposta construtiva que possa promover a competitividade de Portugal. Agora, reduzir a argumentação utilizada no debate a este *ranking* parece-me, sinceramente, uma estratégia demagógica, frágil, perigosa e excessivamente irresponsável. Senão vejamos!

Em primeiro lugar, em 2005 foram considerados no relatório 119 países, enquanto em 2010 foram considerados 133. Isto quer dizer que houve países que quando integraram o estudo pela primeira vez (depois de 2005) se posicionaram à frente de Portugal. Dos 12 que o PSD fala, 4 estão nessa situação: Porto Rico, Brunei, Omã e Arábia Saudita.

Em segundo lugar, é preciso ver que tipo de países estamos a falar e que “campeonatos” estão em causa. Ora, os restantes oito países que nos ultrapassaram entre 2005 e 2010 foram os seguintes: Qatar, China, Emiratos Árabes Unidos, Tailândia, Kuwait, Tunísia, Bahrain e Chipre. Apenas este último é da União Europeia.

Em terceiro lugar, temos que olhar para as metodologias usadas na organização das edições do *ranking* de 2005 e 2010, que, na verdade, têm diferenças significativas. Aliás, a estrutura baseada em pilares de competitividade surge apenas para a edição de 2006, tendo o WEF recalculado a de 2005 com base na nova metodologia. Ora, em 2010, os 90 indicadores estão organizados em 12 pilares, enquanto que em 2005 os 89 indicadores estavam distribuídos apenas por 9 pilares de competitividade.

Em quarto lugar, o peso dos indicadores obtidos por percepção é bastante significativo, ampliando a subjectividade dos resultados. Por exemplo, em 2010, dos 90 indicadores usados para o cálculo do índice, mais de metade (52) são obtidos por percepção mas, como sabemos, muitas vezes as percepções estão longe da realidade. Não nos podemos esquecer que aspectos como “despesas I&D das empresas”, “acesso à Internet nas escolas” ou “crime organizado” são medidos, para efeitos deste estudo, por percepção e não com dados estatísticos objectivos que revelam que Portugal, como sabemos, tem apresentado desempenhos bastante positivos.

Em quinto lugar, há posições de países que nos devem obrigar a alguma cautela na identificação de conclusões. Para além de alguns dos que referi atrás que se posicionam à frente de Portugal, refira-se que a Islândia apresenta-se em 26º lugar e a Suíça, imaginem aparecem no topo da lista (1º lugar). Importa referir que, curiosamente, o WEF tem sede precisamente, na Suíça! Já para não entrarmos na discussão do posicionamento ideológico deste organismo que, obviamente, condiciona a estrutura e a metodologia do próprio *ranking*.

Eu sou dos que valorizam as informações constantes de rankings. Dão-nos sinais importantes e permitem-nos identificar fragilidades e potencialidades comparativamente com outros países, informações que podem ser relevantes no processo de definição das políticas públicas. No entanto, dizer, sem mais nada, que Portugal é hoje menos competitivo do que era em 2005 porque desceu 12 posições neste *ranking* do WEF é, no mínimo, bastante duvidoso.

É que, na verdade, entretanto, também surgiram outros rankings e indicadores por esse mundo fora que indiciam o contrário. Estou a falar de progressos reportados, por exemplo, ao nível da inovação, do investimento em Investigação e Desenvolvimento, da qualificação dos nossos recursos humanos e do aproveitamento dos nossos recursos energéticos, das exportações e da balança tecnológica, do registo de patentes e da criação de empresas, dos serviços públicos online e da modernização da administração pública, do desenvolvimento da banda larga e das redes de nova geração. Só que destes progressos o PSD não quer falar, mesmo que revelem maior competitividade de Portugal no panorama internacional. No ranking da demagogia, este PSD vai, portanto, direitinho para o topo! A passos não de caracol mas de coelho!

Novo ciclo nas relações entre Portugal e Cabo Verde

A I Cimeira Luso-Cabo-Verdiana revestiu-se de grande importância histórica por ter aberto a cooperação bilateral entre Portugal e Cabo Verde a novas áreas, nomeadamente nos sectores da aplicação das tecnologias de informação e comunicação ao ensino e nas energias renováveis, afirmou o primeiro-ministro português, José Sócrates, no último encontro que manteve com o seu homólogo, José Maria Neves.

“HÁ UM antes e um depois desta cimeira”, disse José Sócrates, nas declarações com que terminou a cimeira que decorreu no dia 9 de Junho, no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, e onde estiveram presentes também os titulares das pastas da Defesa, Finanças, Turismo, Cultura, Negócios Estrangeiros, e Ciência e Tecnologia de ambos países.

Na ocasião, Sócrates sublinhou que depois das parcerias que visavam as “infra-estruturas centrais para o desenvolvimento de Cabo Verde”, foram agora abertas “novas áreas de cooperação”, referindo-se sobretudo à aplicação das tecnologias de informação e comunicação ao ensino/educação.

A estruturação de parcerias que visam o desenvolvimento do “cluster” industrial do mar e ainda as energias renováveis, sobretudo solar e eólica, são outras áreas em que a cooperação luso-cabo-verdiana vai centrar-se a partir desta cimeira, cuja institucionalização foi prometida em Março de 2009, durante a visita de José Sócrates a Cabo Verde.

O primeiro-ministro português qualificou como de “excelência” a cooperação entre os dois países e go-

vernou, tanto a nível político como da visão de problemas também a nível multilateral.

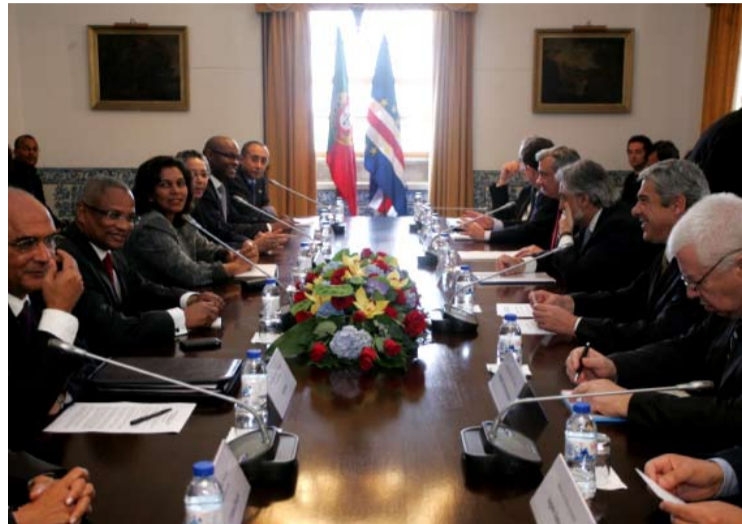
A comunidade cabo-verdiana que vive em Portugal, o povo de Cabo Verde e a “boa” governação deste país foram também lembradas pelo chefe do Executivo português na conferência de Imprensa conjunta com o seu homólogo cabo-verdiano.

Por sua vez, José Maria Neves destacou o “decisivo contributo” do Governo português no reforço da cooperação entre os dois países e pediu que Portugal tenha uma “presença mais forte na África Ocidental”.

“Devo realçar o decisivo contributo de José Sócrates para reforçar as relações de cooperação entre Cabo Verde e Portugal, mas também entre África e Portugal”, disse o primeiro-ministro cabo-verdiano.

De seguida, lembrou que foi durante a presidência portuguesa da União Europeia que se realizou a Cimeira União Europeia/África, onde Cabo Verde conseguiu a parceria especial com a UE “com o contributo fundamental do primeiro-ministro José Sócrates”.

Defendendo que Cabo Verde “tem futuro” na área do “cluster



do mar, José Maria Neves sustentou também que poderão ser estabelecidas “fortes parcerias” com Portugal para “desenvolver novas dinâmicas de crescimento e de parcerias entre empresas portuguesas e cabo-verdianas”.

“Fizemos hoje história e tenho a certeza de que nesta caminhada ainda iremos longe”, concluiu o chefe do Governo cabo-verdiano.

Refira-se que esta foi a primeira cimeira bilateral luso-cabo-verdiana, que doravante acontecerá a cada dois anos, e nela os dois países assinaram um novo tratado de cooperação e 11 acordos, protocolos e memorandos em áreas diversas.

Cooperação alargada a diversas áreas

Os governos de Portugal e Cabo Verde comprometeram-se durante a I Cimeira Luso-Cabo-Verdiana a reforçar a cooperação técnica, económica e empresarial no sector energético.

Na vertente energética, ambos

países acordaram promover e “ampliar a cooperação, aos níveis institucional, técnico, económico e empresarial e decidiram fomentar uma maior articulação com vista ao desenvolvimento, em conjunto, de propostas concretas de cooperação nesta área”, lê-se na declaração final da cimeira.

Os dois Governos salientaram o desenvolvimento da cooperação económica e comercial entre ambos países nas áreas da construção e obras públicas, financeira, energias renováveis e hotelaria, assim como a cooperação em outras áreas como o turismo, a cultura e a educação.

E indicaram que deverão “continuar as acções de cooperação e assistência técnica com vista ao desenvolvimento e implementação do Sistema Nacional da Qualidade em Cabo Verde (SNQCV), através do estabelecimento de um protocolo e planos de acção adequados entre as entidades responsáveis de ambos os países”.

Portugal e Cabo Verde estabeleceram igualmente que a “boa governa-

ção, assim como o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza são eixos prioritários das relações de cooperação entre os dois países”.

Atribuíram também uma “particular importância às medidas que fomentam o crescimento económico, a geração de emprego e a inclusão social no país africano, tendo presente a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)”

Ambos países constataram ainda que a CPLP vem assumindo um papel determinante no cenário mundial, com capacidade de actuação em diversos domínios geográficos e temáticos, reafirmando também “a importância da projecção conjunta da Língua Portuguesa”.

Valorizaram também a criação do Centro Comum de Vistos, na Cidade da Praia, bem como o desenvolvimento e alargamento do projecto CAMPO, centro de apoio à migração no país de origem, como oportunidades para o aprofundamento e renovação da cooperação entre os dois países.

Portugal e Cabo Verde assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação e presenciaram a assinatura de um acordo na área do turismo, dois memorandos – um nas áreas da economia de defesa e da economia do mar e outro para a promoção da igualdade de género –, e dois protocolos – um na área do património arquivístico e outro na área da assistência administrativa e um outro para a aplicação de novas tecnologias de informação nas escolas.

Os dois governos firmaram ainda seis protocolos de cooperação, três deles ligados à promoção da língua portuguesa, dois na área das finanças e um na área do turismo. **M.R.**

Solução para Gaza passa pela criação do Estado palestino

A QUESTÃO do bloqueio israelita a Gaza só poderá ser resolvida no quadro do processo de criação de um Estado palestino, defendeu o ministro dos Negócios Estrangeiros português, no Luxemburgo, à entrada da reunião dos chefes de diplomacia da União Europeia, no passado dia 14 deste mês.

Segundo Luís Amado, a actual situação é “insustentável”, não apenas do ponto de vista humanitário, mas também na perspectiva política, sublinhando que a solução de Gaza constitui “parte do problema maior”, que passa pela criação e consolidação do Estado palestino.

Amado defendeu que o passo prioritário, antes de se discutir a questão humanitária ou o fim do bloqueio a Gaza, imposto por Israel, é estabelecer um verdadeiro enquadramento dos desenvolvimentos do processo de paz, iniciativa que, defendeu, terá de passar “pela



criação do Estado palestino”.

Por isso, considera que a comunidade internacional, e em particular a União Europeia, devem neste particular “aumentar a pressão sobre as partes” para que, o mais rapidamente possível, “haja um plano que leve à criação desse Estado”.

Quando ao actual bloqueio imposto por Israel à faixa de Gaza, que “inevitavelmente terá que ser ultrapassado”, e perante o qual a União Europeia “deve assumir uma posição clara”, Luís Amado acredita que no contexto das garantias de segurança “é possível avançar para o seu fim”, realçando que essa opção só será possível se toda a problemática do Estado palestino “for desenvolvida em paralelo”.

O ministro dos Negócios Estrangeiro, lembrou ainda que Portugal tem sido um dos Estados-membros que têm vindo a defender

a realização deste debate, nomeadamente quando no passado dia 3 de Junho, em carta enviada à alta-representante para os Negócios Estrangeiros da União Europeia, insistiu em colocar na agenda do Conselho e em dar prioridade ao processo de paz no Médio Oriente.

Sem esquecer “os problemas específicos de segurança de Israel”, Amado voltou a salientar que não haverá forma de garantir o fim do bloqueio se entretanto não se encontrarem caminhos sólidos e pacíficos para o desenvolvimento da situação em Gaza.

Recorde-se que a situação política e militar nesta região do mundo conheceu recentemente uma rápida evolução após um ataque por parte de Israel a uma flotilha de ajuda humanitária com destino a Gaza, em consequência do qual morreram nove activistas pró-palestinos. **R.S.A.**

NOVOS PROTAGONISTAS CONCELHIOS DO PS

Na sequência das eleições realizadas durante Maio e Junho para os mandatos 2010/2012 nas concelhias e secções do PS, o "Acção Socialista" publica nesta edição, à semelhança do que foi feito no número anterior, os nomes dos presidentes eleitos para as comissões políticas concelhias. De salientar que, à data de fecho do presente

número do "AS", algumas concelhias não tinham procedido ainda à realização de eleições, a saber: Aljezur no Algarve, Oliveira do Bairro, Server do Vouga e Vagos em Aveiro, Celorico de Basto em Braga, Vimioso e Carrazeda de Ansiães em Bragança, Proença-a-Nova e Oleiros em Castelo Branco, Viana do Alentejo e Arraiolos em Évora, Porto de Mós

em Leiria, Benavente em Santarém, São J. da Pesqueira, Vouzela, Oliveira de Frades e Vila Nova de Paiva em Viseu. De referir ainda que as concelhias de Freixo de Espada à Cinta (Federação do PS/Bragança) e Loulé (Federação do PS/Algarve) têm eleições agendadas para 2 e 26 de Julho próximo, respectivamente.

Braga



Amares

Jorge José Tinoco Ferreira

Coimbra



Soure

Mário Jorge Costa Rodrigues Nunes



Coimbra

Carlos Cidade



Oliveira do Hospital

José Francisco Tavares Rolo



Penela

Renato França



Montemor-o-Velho

Emilio Augusto Ferreira Torrão



Mira

Licínio Jesus Palhava



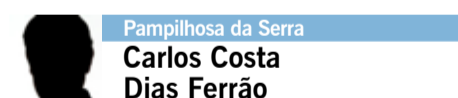
Arganil

Carlos Alberto Maia Teixeira



Penacova

Ricardo Simões Ferreira



Pampilhosa da Serra

Carlos Costa Dias Ferrão



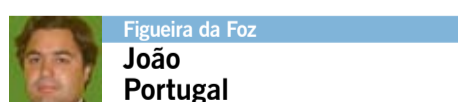
Lousã

Luís Miguel Correia Antunes



Condeixa-a-Nova

Nuno Miguel MR Moita Costa



Figueira da Foz

João Portugal



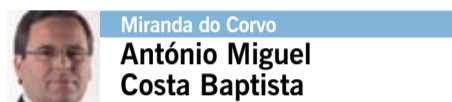
Gois

Maria Lurdes Oliveira Castanheira



Cantanhede

Cristina Maria Domingues Jesus



Miranda do Corvo

António Miguel Costa Baptista



Tabua

Rui Brito Pereira



Vila Nova Poiares

Luís Miguel Novo

Setúbal



Seixal

Nuno Vasco Alexandre Tavares

Bragança



Vila Flor

Vitoriano Fernandes



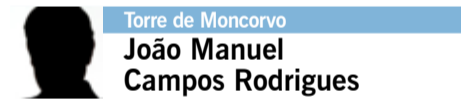
Mogadouro

Ilídio Miguel Martins Rito



Bragança

Vítor Prada Pereira



Torre de Moncorvo

João Manuel Campos Rodrigues



Macedo de Cavaleiros

Rui Manuel Rodrigues Vaz



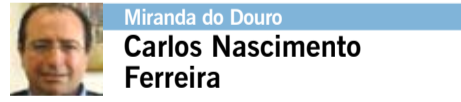
Vinhais

Roberto Carlos Morais Afonso



Alfândega da Fé

Eduardo Manuel Dobrões Tavares



Miranda do Douro

Carlos Nascimento Ferreira



Vimioso

Jorge Santos Rodrigues Fernandes



Mirandela

Júlia Maria Sequeira Rodrigues



Carrazeda de Ansiães

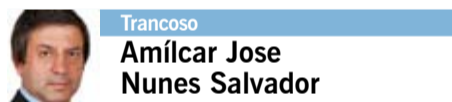
Augusto Santos Faustino

Guarda



Sabugal

Manuel Rei Esteves Barros



Trancoso

Amílcar Jose Nunes Salvador

Leiria



Porto de Mós

Rui Augusto Marques F. Pereira Neves

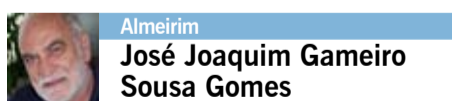
Porto



Vila Nova de Gaia

Eduardo Vítor Almeida Rodrigues

Santarém



Almeirim

José Joaquim Gameiro Sousa Gomes



Vila Nova da Barquinha

Vítor Miguel M. Arnaut Pombeiro



Golegã

Rui Manuel Lince Singeis Medinas



Alpiarça

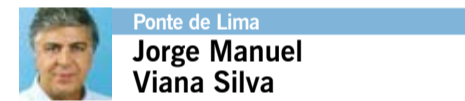
Teresa Isabel Claudino Freitas

Viana Castelo



Caminha

António Manuel Marques Bernardo



Ponte de Lima

Jorge Manuel Viana Silva

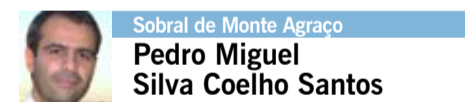
Viseu



Lamego

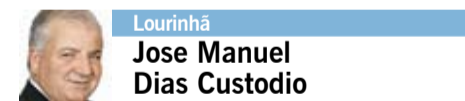
Marisabel Santos Rocha Moutela

FRO



Sobral de Monte Agraço

Pedro Miguel Silva Coelho Santos



Lourinhã

Jose Manuel Dias Custodio



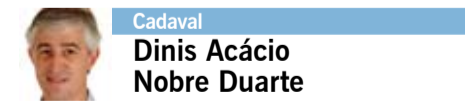
Torres Vedras

Carlos Manuel Soares Miguel



Alenquer

João António Silva Hermínio



Cadaval

Dinis Acácio Nobre Duarte

Debate quinzenal na AR

Linha de crédito de 700 milhões para apoiar empresas

“Muitas vezes sinto-me sozinho a puxar pelas energias do país e a incutir confiança, porque acho que o negativismo e o catastrofismo não terão sucesso”, afirmou, no dia 25, aos jornalistas o primeiro-ministro, José Sócrates, após o debate quinzenal, desta feita dedicado ao tema do desenvolvimento económico, durante o qual anunciou o lançamento de uma nova linha de crédito, no valor global de 700 milhões de euros, para apoiar empresas que já recorreram a financiamento comunitário.

J. C. CASTELO BRANCO

Economia dá sinais de recuperação

ESTA foi uma das principais medidas anunciadas pelo primeiro-ministro, no âmbito da aceleração da execução do QREN, que disse constituir “uma poderosa alavanca de crescimento económico e social”.

A linha de crédito a criar, adiantou, destina-se a “mais de 3100 empresas, com projectos de investimento superior a 3400 milhões de euros e gerando 9700 postos de trabalho”.

Trata-se, explicou, “de criar condições para ultrapassar um dos mais graves bloqueios à concretização do QREN: o facto de empresas com projectos já aprovados e contratualizados demonstrarem, face à nova situação do mercado e do crédito, dificuldades para executar o investimento”.

Posteriormente, disse o primeiro-ministro, “lançaremos dois concursos no âmbito do QREN para financiar novos projectos de internacionalização de empresas e projectos de investigação e desenvolvimento”, cujo valor global será de 150 milhões de euros.

O chefe do Governo anunciou ainda que vai ser aberta “uma nova linha prioritária de investimento nas escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico”, lembrando, a propósito, “o enorme esforço” financeiro já realizado pelo Governo em conjugação com as autarquias no lançamento de modernos centros escolares, preparados para acolher crianças em jardins-de-infância e estabelecimentos do 1º ciclo.

Trata-se agora, frisou, de qualificar escolas do 2º e 3º ciclo, o que representará “um investimento adicional de 100 milhões de euros”.

José Sócrates realçou ainda que “investir para modernizar, ser mais competitivo, servir melhor as pessoas, criar emprego e gerar riqueza” é a “agenda que conta para o nosso desenvolvimento”, sendo o QREN “uma poderosa alavanca para os investimentos das empresas, dos municípios e do Estado”.

No início da sua intervenção, José Sócrates apresentou números que demonstram estar a economia portuguesa a dar “importantes sinais de recuperação” dando como exemplo o facto de no primeiro trimestre deste ano o Produto Interno Bruto ter crescido 1,8% face ao período homólogo de 2009 e 1,1% face ao trimestre anterior, bem como o aumento das exportações. “Esta recuperação económica é tanto mais assinalável quanto todos sabemos que vivemos tempos de forte contenção orçamental em toda a Europa”, salientou.

Quanto à execução do QREN, Sócrates disse que, em termos de despesas efectivamente realizadas e reembolsadas, Portugal “é o quarto país da União Europeia na execução global dos fundos”.

E Portugal, frisou ainda, “é mesmo o primeiro país na execução do Fundo Social Europeu”.

No debate interveio pela bancada socialista, a sua vice-presidente Ana Catarina Mendes que elogiou o alcance das medidas anunciadas



pelo primeiro-ministro no âmbito do QREN e realçou “os sinais positivos” recentes dados pela nossa economia, ao mesmo tempo que se regista aumento das receitas e contenção das despesas.

Por isso, sublinhou que, perante a actual crise, “este é um Governo enérgico, corajoso e com respostas à altura das expectativas”, acrescentando que “é nos momentos difíceis que se encontra a coragem e respostas para se sair da crise”.

Oposição não gosta de esperança e confiança

Segundo a deputada socialista, “o Governo tem de continuar a percorrer este caminho difícil e receberá decerto os aplausos das gerações futuras”.

Ao invés, disse, “da parte da oposição só se tem assistido a muita crítica, pouca convicção e pouca esperança”. A oposição que “não gosta de falar de esperança e confiança”, acusou ainda,

“ao falar da crise amplia ainda mais o seu efeito”.

Ana Catarina Mendes criticou ainda, em particular, a postura do PSD, que tem um discurso de responsabilidade às segundas, terças e quartas-feiras e outros nos restantes dias da semana.

“São momentâneos os vossos discursos de responsabilidade”, disse, referindo que quem diz que não se assiste a uma recuperação económica, “está a tirar mérito às empresas”.

GOVERNO DEU ORIENTAÇÃO À CGD PARA VOTAR CONTRA VENDA DA VIVO

O ESTADO deu indicações à Caixa Geral de Depósitos (CGD) para votar em assembleia geral contra o negócio entre a espanhola Telefónica e a PT em relação à brasileira Vivo, afirmou o primeiro-ministro durante o debate quinzenal, na Assembleia da República, após ser questionado pelo líder parlamentar do PSD sobre a posição do Governo em relação a esta matéria.

José Sócrates fez questão de realçar que o objectivo do Governo é que haja uma empresa portuguesa

com uma dimensão internacional que permita desenvolver engenharia, projectos industriais, inovação e concentrar investimentos na área da investigação e desenvolvimento.

“O Governo deu orientações à CGD para votar contra na próxima assembleia geral da PT. Mas, já agora, qual a posição do PSD?”, questionou Sócrates, dirigindo-se a Miguel Macedo. A resposta não veio.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://phplist.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>